

Ministério da Educação

**Secretaria de Educação
Profissional e Tecnológica**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FLUMINENSE**

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Março de 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DE EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do Exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da instrução Normativa TCU N°. 63/2010, da Decisão Normativa TCU N°. 108/2010 e da Portaria-TCU N°. 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

UNIDADE CONSOLIDADORA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Código: 158139

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eliezer Moreira Pacheco

**REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FLUMINENSE**

Cibele Daher Botelho Monteiro

CONSELHO SUPERIOR

Cibele Daher Botelho Monteiro - Presidente

Nelson Crespo Pimentel - Secretário

MEMBROS TITULARES

Dênio Rebello Arantes

Ricardo Tavares Bessa

Ednalda Maria da Silva Ribeiro

Gustavo Gomes Lopes

José Maria Ferreira Rangel

Sérgio Fabricio de Freitas Silva

Celso de Oliveira Araújo

Hugo Valério de Abreu Siqueira

Armando Cunha Carneiro da Silva

Marco Antônio Leite Gondim

Thiago de Almeida Sipoli

Mateus Albernaz Lemos

Hayda Manolla Chaves da Hora

José Luis Ribeiro

Almy Júnior Cordeiro de Carvalho

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AUXPE - Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cargos de Direção
Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET/RJ - Centro Federal e Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CGU - Controladoria Geral da União
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CST - Curso Superior de Tecnologia
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT - Educação Profissional de Ciência e Tecnologia
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ESCAI - Escritório de Cooperação Internacional
FAUBAI - Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FG - Função Gratificada
FIC - Formação Inicial e Continuada
HCC - *Houston Community College*
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICELT - Internacional Center for Education, Languages and Technologies
IF Fluminense – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFETs - Instituições Federais de Educação Tecnológica
IFF - Instituto Federal Fluminense
IFPE - Instituto Federal de Pernambuco
MCTI - Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MP - Ministério Público
NIT - Núcleos de Inovação Tecnológica
PAAPE - Programa de Assistência e Apoio Estudantil
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSI - Política de Segurança da Informação
SEER - Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologias de Informação e da Comunicação

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UJ - Unidade Jurisdicionada

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro A1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro A1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	16
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	40
Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações realizadas pela UJ	45
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	47
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	48
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital	48
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	49
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	50
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contração dos Créditos Originários da UJ	51
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	52
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	53
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	54
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	55
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	56
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	59
Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	60
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Situação em 31/12	60
Quadro A.5.3 - Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - situação em 31 de dezembro	61
Quadro A.5.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - situação apurada em 31/12	61
Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - situação apurada em 31/12	62
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - situação apurada em 31 de dezembro	62
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - situação apurada em 31/12	63
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	63
Quadro A.5.9 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	64
Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	67
Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	68
Quadro A.7.1 - Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	71

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Quadro A.8.1 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	72
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	74
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	76
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	78
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	78
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	79
Quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	80
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	82
Quadro A.13.2 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	83
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício	85
Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	86
Quadro A.15.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	87
Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	88
Quadro A.16.1 - Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício	89
Quadro A.16.2 - Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	90
Quadro B.1.1 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	91
Quadro C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários - Decisão TCU n.º 408/2002	97

SUMÁRIO

MISSÃO	12
INTRODUÇÃO	13
1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	15
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	16
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	17
2.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	17
2.1.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	20
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	22
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	40
2.3.1 EXECUÇÃO DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	40
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	45
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	47
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	47
2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	48
2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	48
2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	51
2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	55
2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	56
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	58
4. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	59
5. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	60
5.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	60
5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA	60
5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	61
5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	61
5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	62
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	62
5.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA	62
5.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	63
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	63

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	64
5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	66
5.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	66
5.5.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	66
5.5.3 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE.....	67
5.5.4 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	68
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	69
6. INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	70
7. MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	71
8. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/9	72
9. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	74
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	76
11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	78
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	80
13. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	82
13.1.1 RELAÇÃO DOS PORTADORES DE CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NA UNIDADE E UTILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO.....	82
13.1.2 UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE	83
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.	84
15. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.	85
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	86
15.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	87
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	88
16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	89
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	90
17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	91
18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA.	92
19. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	93

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	94
21. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE.....	95
22. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO	96
23. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº. TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES	97
RENDA FAMILIAR PER CAPITA	104
24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	105
24.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ	105
25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES	105
26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	106
27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	106
28. IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO.....	106
29. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.....	106
29.1 COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	106
29.2 VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO	107
29.3 DIRIGENTES DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	107
29.4 DESPESA COM PESSOAL DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO.....	107
29.5 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DO CONTRATO DE GESTÃO	107
29.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONTRATAÇÃO.	107
29.7 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO.....	108
29.8 RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO	108
30. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA	108
30.1 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS.	108
30.2 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS.....	108
30.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA.	109

**PRÓ-REITORIAS E DIRETORIAS ESTRATÉGICAS
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IF FLUMINENSE EM 2011**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Clovis Lopes

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Fabíola de Amério Ney Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Eugênio Ferreira Naegele da Silva

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Guiomar do Rosário Barros Valdez

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Hélio Gomes Filho

DIRETORA ACADÊMICA

Marília Siqueira da Silva

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Joelma Vieira de Lima

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Carlos Aristocles Carvalho Figueiredo

CHEFIA DA AUDITORIA INTERNA

Milton Vicente

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE ORÇAMENTO

Adilson Soares Gomes

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Juliana Figueira Moreira Melo

CAMPI DO IF FLUMINENSE

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS BOM JESUS DO ITABAPOANA

Fernando Antônio Abrantes Ferrara

DIRETORA GERAL DO CAMPUS CABO FRIO

Romilda de Fátima Suinka de Campos

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPOS-CENTRO

Jefferson Manhães de Azevedo

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CAMPOS-GUARUS

Leandro Souza Crespo

DIRETOR GERAL DO CAMPUS ITAPERUNA

Evanildo dos Santos Leite

DIRETOR GERAL DO CAMPUS MACAÉ

Marcelo Fagundes Felix

DIRETOR GERAL DO CAMPUS AVANÇADO DE QUISSAMÃ

Sérgio Ignácio da Rosa

MISSÃO

Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Relatório de Gestão é apresentar as ações realizadas no Instituto Federal Fluminense - IF Fluminense - em 2011, considerando a missão da instituição, sua função primordial como instituição pública, colocando a serviço de toda a sociedade os conhecimentos acadêmicos produzidos, comprometendo-se em trabalhar pela igualdade de oportunidades e pela inclusão social.

Apresenta os pontos mais importantes da gestão do IF Fluminense durante o exercício 2011, tendo por referência os seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº. 63, de 01/09/2010 - que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º. da Lei nº. 8.443, de 1992.
- DECISÃO NORMATIVA TCU Nº. 108, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º. da Instrução Normativa TCU nº. 63, de 1º. de setembro de 2010.
- PORTARIA-TCU Nº. 123, DE 12 DE MAIO DE 2011 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011.
- Acórdão nº. 2.267/2005 - TCU - que dispõe sobre os métodos de cálculo para os indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT.
- Manual para produção e análise de indicadores da Rede Federal de EPCT, de fevereiro de 2012 (versão 03/02/2012) - SETEC/MEC.

Diante dos desafios que representam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sem, no entanto, desconsiderar sua identidade centenária - referência na Educação Profissional e Tecnológica, o IF Fluminense vem assumindo todos os compromissos e objetivos estabelecidos pelo Ministério da Educação para os Institutos Federais construindo essa transformação a partir das bases existentes.

Em continuidade à implantação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e ao redimensionamento institucional, o Instituto Federal Fluminense foi contemplado com dois novos *campi*: Santo Antônio de Pádua (região noroeste-fluminense) e Itaboraí (região metropolitana do Rio de Janeiro) que deverão entrar em funcionamento a partir de 2012.

A apresentação e análise crítica dos indicadores acadêmicos, dos elementos contábeis e financeiros foram efetivadas de maneira transparente, evidenciando o cumprimento de suas competências estatutárias, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício de 2011.

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

As dificuldades enfrentadas pelo IF Fluminense ainda envolvem, em sua essência, a nova institucionalidade, que se caracteriza por uma estrutura *multicampi* e pluricurricular. Esse desenho não só representa a riqueza da diversidade e da abrangência regional, como também o desafio na busca do fortalecimento da participação coletiva e representativa no processo construtivo de desenvolvimento institucional numa comunidade quantitativamente maior e detentora de especificidades.

O Relatório de Gestão 2011 expressa o compromisso desta instituição de ensino com a Política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se traduz na articulação dos resultados obtidos pelo IF Fluminense.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense			
Denominação abreviada: IF Fluminense			
Código SIORG: 100931	Código LOA: 26434	Código SIAFI: 158139	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral (Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico)			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(022) 2733-3244	(022) 2726-2810	(022) 2733-3079
Endereço Eletrônico: <webmaster@iff.edu.br>			
Página na Internet: <http://www.iff.edu.br>			
Endereço Postal: Rua Dr. Siqueira, nº. 273 - Parque Dom Bosco - Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro - CEP: 28.030-130			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<p>O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, instituição criada nos termos do artigo 5º., inciso XXVII da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (D.O.U. 30 de dezembro de 2008), vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.</p> <p>Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.</p> <p>O IF Fluminense estrutura funcional multicampi, integra sete campi: (a) na mesorregião Norte Fluminense, quatro campi - Campos-Centro e Campos-Guarus, no município de Campos dos Goytacazes, Macaé, e campus Avançado de Quissamã; (b) na mesorregião Baixadas, o campus Cabo Frio (região dos Lagos); (c) na mesorregião Noroeste Fluminense, os campi Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna. Também no norte do Rio funciona o núcleo avançado de São João da Barra (unidade remota do campus Campos-Guarus), além, da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental (ligada ao campus Campos-Guarus), que atende pequenos produtores rurais. Em 2011, foram incorporados dois novos campi Itaboraí e Santo Antônio de Pádua.</p> <p>O Instituto Federal Fluminense rege-se pelos atos normativos mencionados no caput do Art. 1º., pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: I. Estatuto, aprovado pela Portaria nº 429 de 20 de agosto de 2009; II. Regimento Geral; III. Resoluções do Conselho Superior; e IV. Portarias.</p>			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158139	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense		
158274	IF Fluminense campus Campos-Centro		
158387	IF Fluminense campus Bom Jesus do Itabapoana		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26434	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
158139	26434		

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense			
Denominação abreviada: IF Fluminense			
Código SIORG: 100931	Código LOA: 26434	Código SIAFI: 158139	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral (Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico)			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(022) 2726-2810	(022) 2733-3079	-
Endereço Eletrônico: <webmaster@iff.edu.br>			
Página na Internet: <http://www.iff.edu.br>			
Endereço Postal: Rua Dr. Siqueira, nº. 273 - Parque Dom Bosco - Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro - CEP: 28.030-130			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
IF Fluminense <i>campus</i> Campos-Centro		Ativa	100931
IF Fluminense <i>campus</i> Bom Jesus do Itabapona		Ativa	-
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, instituição criada nos termos do artigo 5º., inciso XXVII da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (D.O.U. 30 de dezembro de 2008), vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
A estrutura organizacional, em seus diversos órgãos foi adequada à nova institucionalidade pelo Estatuto, conforme Portaria nº. 429 de 20 de agosto de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
26434	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158139		26434	
158274		26434	
158387		26434	

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1. Competência Institucional

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, instituição criada nos termos do artigo 5º., inciso XXVII da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (D.O.U. 30 de dezembro de 2008), vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal Fluminense é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº. 11.892/08. Possui, nos termos do § 3º. do artigo 3º. da referida Lei, autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Em termos legais, a ação institucional se apoia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96, Cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. No Art. 39, lê-se que “*a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva*”.

O IF Fluminense nasce voltado para o mundo do trabalho com a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões onde está instalado.

São sete *campi* em funcionamento: Campos-Centro, Campos-Guarus, Macaé e Quissamã, no Norte do Estado do Rio; Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense e Cabo Frio na Região dos Lagos. Sua estrutura ainda conta com os polos Avançados de São João da Barra e Cambuci, Polos de EaD, além da Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental, que atende pequenos produtores rurais.

O ano de 2011 representou também a ampliação do IF Fluminense com o anúncio de mais uma etapa da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e o recebimento para o Instituto de mais dois *campi* Itaboraí (região metropolitana do RJ) e Santo Antônio de Pádua (região noroeste fluminense), o que representa a atuação do IF Fluminense em mais duas regiões levando a oportunidade qualificação profissional. Em Santo Antônio de Pádua o Instituto já tem um terreno, doado pela Prefeitura ao IF Fluminense, com o lançamento da Pedra Fundamental do *campus* em 16/11/2011.

O *campus* de Itaboraí reforça “a importância da unidade do Instituto Federal Fluminense na região metropolitana e da necessidade de preparar os futuros profissionais para o Complexo

Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que está sendo construído no município e vai gerar cerca de 200 mil empregos”.

A Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos termos do artigo 6º., confere ao IF Fluminense as seguintes competências institucionais quando estabelece as seguintes finalidades e características.

Das Finalidades e Características Legais	Artigo
Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.	6º., inciso I
Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.	6º., inciso II
Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.	6º., inciso III
Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.	6º., inciso IV
Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.	6º., inciso V
Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.	6º., inciso VI
Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.	6º., inciso VII
Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.	6º., inciso VIII
Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	6º., inciso IX

Fonte: Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A organização e o funcionamento do IF Fluminense estão disciplinados pelo seu Estatuto, aprovado pela Portaria Nº. 429, datada de 20 de agosto de 2009. No Sistema de Administração Financeira - SIAFI, o código da instituição é 158139.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense tem como instâncias de decisão, o **Colégio de Dirigentes** (órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de funções normativas, consultivas e deliberativas), composto pelo (a) Reitor-Presidente, (b) Pró-Reitores, (c) Diretores-Gerais dos *Campi*; e o **Conselho Superior** (órgão de caráter consultivo e deliberativo) composto pelo (a) Reitor-Presidente, (b) Representantes dos Servidores Docentes, (c) Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos, (d) Representantes dos Discentes, (e) Representantes dos Egressos, (f) Representantes da Sociedade Civil, (g) Representante do Ministério da Educação, (h) Diretores-Gerais dos *Campi*.

Explicita-se o caráter de funcionalidade de cada órgão que contribui, significativamente, com a gestão deste Instituto.

I. **Conselho Superior** - órgão de caráter consultivo e deliberativo, no desempenho das seguintes competências:

- a. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Fluminense e zelar pela execução de sua política educacional.
- b. Aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Fluminense e dos Diretores-Gerais dos *Campi*.
- c. Aprovar o plano de desenvolvimento institucional e apreciar o plano de ação e a proposta orçamentária anual.
- d. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares.
- e. Aprovar normas relativas à creditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.
- f. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico.
- g. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros.
- h. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Fluminense.
- i. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Fluminense, bem como o registro de diplomas.
- j. Aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do Instituto Federal Fluminense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica.
- k. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

II. **Colégio de Dirigentes** - órgão integrante da administração superior da Instituição, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, e de apoio ao processo decisório da Reitoria do IF Fluminense.

Ao presente órgão, na dinâmica de suas funções, compete:

- a. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos.
- b. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes.
- c. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal Fluminense.
- d. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual.
- e. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão.

- f. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Fluminense a ele submetido.

III. Reitoria - órgão executivo do Instituto Federal Fluminense, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão, assessoramento, consultoria e controle de todas as atividades da Autarquia, com a competência máster de representar o Instituto Federal Fluminense, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

As atribuições da Reitoria assim se apresentam:

- a. Admissão, demissão, aposentadoria, redistribuição, remoção, realização de concursos e atos de progressão/alteração da vida funcional dos servidores.
- b. Articulação com órgãos governamentais e celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito do IF Fluminense.
- c. Conferência de graus e títulos/condecorações, bem como a assinatura de diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação.
- d. Coordenação, controle e superintendência das pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções dos *campi*, assegurando uma identidade própria, única e *multicampi*, de gestão para o Instituto.
- e. Definição de políticas, coordenação e fiscalização das atividades da Instituição.
- f. Delegação de poderes, competências e atribuições.
- g. Expedição de resoluções, portarias e atos normativos, bem como a constituição de comissões e o exercício do poder de disciplina.
- h. Nomeação dos dirigentes para o exercício de cargos de direção.
- i. Presidência dos Conselhos Superior e Colégio de Dirigentes e das solenidades de colação de grau.

2.1.1 Objetivos Estratégicos

O Instituto Federal Fluminense, em cada um dos seus campi, tem os seguintes objetivos (art. 5º. do Estatuto do IF Fluminense e art. 7º. da Lei nº. 11.892/08):

- I.** ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II.** ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III.** realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV.** desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e D.O.U.torado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o IF Fluminense, tem como missão é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade em geral, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implantado pelo governo em 2006, fortaleceu a luta da Instituição em favor da região e o diálogo com os governos locais, bem como vem contribuindo de maneira bastante significativa para que os objetivos e finalidades sejam alcançados.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Dentre as Diretrizes (prioridades) e ações (estratégias) destacam-se:

1. Continuidade as obras da Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Expansão do Instituto Federal com mais dois novos *campi*, um situado em Santo Antônio de Pádua na região noroeste fluminense e o de Itaboraí, na região metropolitana.

2. Reconhecimento de Cursos de Graduação / Índice Geral de Cursos (IGC)

A. Reconhecimento de Cursos de Graduação

Cursos	<i>Campi</i>	Ato de Reconhecimento	Conceito e-MEC
Arquitetura e Urbanismo	Campos-Centro	Portaria nº. 446, de 01/11/2011, D.O.U. de 03/11/2011	4
Engenharia de Controle e Automação	Campos-Centro	Portaria nº. 431, de 21/10/2011, D.O.U. de 24/10/2011	4
Engenharia de Controle e Automação	Macaé	Portaria nº. 430, de 21/10/2011, D.O.U. de 24/10/2011	4
Sistemas de Informação	Campos-Centro	Aguardando parecer final da secretaria	4

Fonte: <www.emec.mec.gov.br>

B. ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Trata-se de um exame de participação voluntária, destinado aos alunos que estão concluindo (concluintes) ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores (egressos).

O ENEM 2010 foi composto por Redação e Provas Objetivas em quatro áreas do conhecimento: (1) linguagens, códigos e suas tecnologias; (2) ciências humanas e suas tecnologias; (3) ciências da natureza e suas tecnologias e (4) matemáticas e suas tecnologias. As médias das escolas participantes foram divulgadas pelo Ministério da Educação segundo a classificação e divididas pela porcentagem de participação dos estudantes no exame.

Grupo 1: Taxa de participação igual ou superior a 75%

Grupo 2: Taxa de participação maior ou igual a 50% e menor do que 75%

Grupo 3: Taxa de participação maior ou igual a 25% e menor do que 50%

Grupo 4: Taxa de participação inferior a 25%

Dentre os *campi* do Instituto Federal Fluminense, a participação dos estudantes se deu por meio do *campus* Campos-Centro (taxa de participação de 50% a 74,9%), *campus* Campos-Guarus (taxa de participação de 50% a 74,9%) e *campus* Bom Jesus do Itabapoana (taxa de participação de 75% a 100%).

Buscando uma análise do resultado por nota/taxa de participação (50% a 74,9%), observa-se que, dentre os *campi* participantes dos Institutos Federais do país, o *campus* Campos-Centro é o 3º. melhor classificado e o *campus* Campos-Guarus o 8º.

Com uma taxa de participação de 75% a 100%, o *campus* Bom Jesus do Itabapoana é o 4º. melhor classificado entre os Institutos Federais do país.

Os *campi* Cabo Frio e Itaperuna não participaram, pois não possuíam estudantes concluintes em 2010. O *campus* Macaé não teve o seu resultado disponibilizado em função do número de estudantes participantes.

Em Campos dos Goytacazes, os estudantes do IF Fluminense são os melhores classificados dentre as instituições públicas.

Sem considerarmos o percentual de participação dos estudantes, o *campus* Campos-Centro é o 13º. melhor classificado dentre os Institutos Federais, *campus* Bom Jesus do Itabapoana o 19º. e o *campus* Campos-Guarus é o 40º.

Cabe destacar, no entanto, que, em Nota Técnica, o INEP afirmar que “devido à diversidade da Taxa de Participação no Enem, não é possível tecnicamente estabelecer comparações entre os resultados dos grupos referidos na divulgação dos resultados do Enem por escola”.

3. Adesão aos Processos de Certificação em Nível de Conclusão de Ensino Médio

Em sintonia com a Política Educacional Nacional, o IF Fluminense aderiu ao Processo Nacional Certificação em Nível de Conclusão de Ensino Médio. A PROEN organizou a Regulamentação Institucional para Certificação e assessorou os *campi* no processo de expedição de certificado. Em 2011, o IF Fluminense efetuou 172 certificações de Conclusão de Ensino Médio.

4. Reestruturação dos Cursos Superiores de Tecnologia do *campus* Campos-Centro

Análise de conformidade e consequente reformulação dos Cursos Superiores de Tecnologia do IF Fluminense, objetivando equilibrar a empregabilidade do egresso com a demanda dos sistemas produtivos regionais à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC. Com base em um diagnóstico da situação atual, ações subseqüentes de ajustamento, descontinuidade ou criação são esperadas.

5. Educação a Distância - EaD

Entre as atribuições da Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense está a de *estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento da oferta do ensino em todos os níveis e modalidades*. O ano de 2011 significou um marco para a valorização e incremento da Educação a Distância no âmbito do IF Fluminense.

O IF Fluminense implantou, em 2010, a Coordenação de Educação a Distância, ofertando Cursos Técnicos na modalidade a distância pela e-TEC Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil). Em 2011, o número de matrículas de cursos da modalidade a distância cresce de 75 para 600 alunos.

A utilização do ambiente virtual Moodle para desenvolvimento das atividades a distância também fortaleceu o apoio às aulas presenciais da Instituição. Ações de capacitação da equipe técnica responsável pelo desenvolvimento das atividades foram implementadas e a Regulamentação Didático-Pedagógica do IF Fluminense passa a contemplar os Cursos Técnicos desta modalidade.

A Implantação da primeira turma do Curso Técnico em Segurança do Trabalho na modalidade a distância através do Programa e-TEC Brasil - Escola Técnica Aberta do Brasil, acontece em março de 2011, tendo as vagas ofertadas pelo *campus* Campos-Guarus. Para tanto, foi estabelecido convênio com a Prefeitura de São João da Barra para a abertura de dois polos de apoio presencial (São João da Barra e Açu), inicialmente com 50 e 25 alunos em cada polo, respectivamente.

Educação a Distância no IF Fluminense, por campus.

EaD/2º. Sem. - 2011	Vagas	Ingressantes	Matrículas
<i>campus</i> Macaé	100	99	100
<i>campus</i> Campos-Guarus + Núcleo Avançado de São João da Barra	150	151	227
<i>campus</i> Quissamã	100	99	99
<i>campus</i> Itaperuna	100	100	100
<i>campus</i> Cabo Frio	100	101	100

Fonte: Sistema Acadêmico IF Fluminense.

6. Dos Projetos e Ações de Extensão

Nos últimos anos, na área de abrangência do Instituto Federal Fluminense, as demandas sociais têm crescido substancialmente, fruto de cobranças feitas pelos movimentos sociais, pelas organizações não governamentais, pelo governo, além de nosso corpo docente e discente que cobram respostas e ações de extensão coerentes com as necessidades de vulnerabilidade populacionais, que ampliem a inclusão de grupos às políticas públicas.

A extensão no Instituto Federal Fluminense avança. Os planos de evolução para fortalecer as ações de extensão nos campi vêm superando as expectativas. Em 2009, foi estabelecida uma parceria com as Instituições Públicas Regionais, entre as quais UENF e UFF, que possibilitasse a ampliação da visibilidade das pesquisas de extensão. Os projetos do segmento citado passariam ter apresentação conjunta em momento próprio articulado com a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O referido evento em nossa região denomina-se MOSTRA DE EXTENSÃO IF Fluminense, UFF E UENF onde acontecem exposições de banners, apresentações orais dos estudantes, bem como palestras e apresentações culturais relacionadas à temática anual. Esta estratégia amplia a divulgação e fortalece a interação entre os extensionistas e a sociedade em geral.

<i>Campi</i>	Quantidade de Projetos	Quantidade de Bolsistas	Valor mensal
Bom Jesus do Itabapoana	13	24	6.710,00
Cabo Frio	06	12	3.160,00
Campos-Centro	28	43	13.620,00
Campos-Guarus	11	21	6.570,00
Itaperuna	08	15	4.470,00
Quissamã	01	02	700,00
Macaé	15	27	8.540,00
Reitoria	01	04	1.500,00
TOTAL GERAL	83	148	45.270,00

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão do IF Fluminense.

7. Da Assistência e Apoio Estudantil

O IF Fluminense tem uma longa trajetória em apoiar e criar condições para inclusão e permanência dos seus alunos na instituição. Sem precisar recorrer aos nossos primórdios, na época de Aprendizes e Artífices, que atendia os “deserdados da sorte” e provia a ascensão e a promoção social por meio da Educação Profissional, o IF Fluminense (ex-Cefet Campos e ex-Escola Técnica Federal de Campos) vem de maneira significativa avançando no atendimento das demandas sociais dos alunos de nossa instituição.

O crescimento do número de matrículas, a verticalização da nossa oferta de EPCT, a expansão territorial com a criação de novos campi e a mudança de institucionalidade com a implantação

do IF Fluminense, concepção de gestão *multicampi*, com uma preocupação da unicidade da instituição, colocam para o corpo gestor e para toda a comunidade, um novo e grande desafio de avançar neste apoio ao nosso estudante de forma a criar condições para garantir, cada vez mais, a sua permanência na instituição e, em condições de desenvolver e cursar com qualidade a opção educacional feita em nossa instituição, sem que se caia, no equívoco de tentar superar todas as lacunas de equipamentos públicos que cabe aos demais órgãos públicos nas diversas esferas de poder.

Buscando normatizar as ações de assistência e apoio estudantil no IF Fluminense, bem como considerando o Decreto nº. 7.234 de 19/07/2009 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e que aponta os objetivos e as áreas em que serão apoiadas as ações e metas de Apoio ao Estudante.

Numa perspectiva proativa, participativa e de estímulo à permanência do discente, fruto da participação de representantes de todos os campi instituiu-se a Regulamentação do Programa de Assistência e Apoio Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (PAAPE), sob a forma de Deliberação nº. 1, de 22/03/2011, do Colégio de Dirigentes, com finalidade ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica de estudantes do Instituto Federal Fluminense.

São objetivos do Programa de Assistência e Apoio Estudantil do Instituto Federal Fluminense (art. 4º. da Deliberação):

- I. implementar as condições de permanência e êxito, no percurso formativo dos estudantes, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais;
- II. consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- III. reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV. promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

O desenvolvimento e supervisão do PAAPE são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e divide-se em duas formas de atendimento: I. atendimento universal em todos os *campi*, de ações básicas já estabelecidas; II. de outras ações e programas a serem estabelecidas por cada *Campus* ou pela Reitoria, de acordo com a sua política interna e seus recursos orçamentários próprios, e que deverão ser normatizadas por Editais.

O PAAPE, de atendimento universal em todos os *campi*, deverá ocorrer de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo repasses financeiros diretos aos Estudantes, Refeição e Merenda (Art. 7º.).

Os repasses financeiros diretos aos estudantes abrangem as linhas de ações da Assistência Estudantil nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - transporte; III - cultura; IV - desporto e lazer; V - apoio didático-pedagógico.

São modalidades de auxílios regulares: a. Iniciação Profissional; b. Extensão; c. Monitoria; d. Iniciação Científica; e. Apoio e Desenvolvimento Tecnológico; f. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR); g. Transporte; h. Cultura; i. Atletas; j. Moradia; k. Assistência ao 'PROEJA'.

São modalidades de auxílios eventuais: a. Apoio à Produção Acadêmica; b. Apoio à Visita Técnica; c. Apoio à Aula de Campo.

A Assistência e Apoio Estudantil será gerida por um Comitê Gestor, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (Art.14).

8. Da Pesquisa e Inovação

A nova institucionalidade impõe um desafio às diretrizes acadêmicas que regem os processos educacionais de todos os níveis e modalidades de ensino. Processo que envolve uma articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O IF Fluminense por compreender que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, executa pesquisa tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento da formação profissional, e da qualificação profissionais. Como princípio norteador, as atividades de pesquisa devem manter estreita relação com as áreas de conhecimento e as linhas de pesquisa, identificadas como prioritárias para a instituição.

▪ Quanto à política de auxílio à formação de novos pesquisadores (bolsas, auxílios)

Existe um Programa de incentivo ao desempenho acadêmico e de desenvolvimento de projetos, por meio da concessão de Bolsas e/ou Auxílios Financeiros - bolsas estas financiadas pelo Programa Institucional e por órgãos de fomento a pesquisa e inovação e a extensão.

▪ Evolução de Número de Bolsas

**Bolsas de PIBIC e PIBITI
2009/2010**

<i>Campi</i>	PIBIC			PIBITI			PIBIC/PIBITI		
	CNPq	IFF	Total	CNPq	IFF	Total	CNPq	IFF	Total
Campos-Centro	13	31	44	8	7	15	21	38	59
Macaé	9	7	16	3	1	4	12	8	20
Reitoria	0	0	0	0	2	2	0	2	2
Bom Jesus do Itabapoana	0	0	0	1	0	1	1	0	1
Cabo Frio	2	4	6	0	0	0	2	0	2
Campos-Guarus	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaperuna	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	24	42	66	12	10	22	36	48	84

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Bolsas de PIBIC e PIBITI - 2010/2011

<i>Campi</i>	PIBIC				PIBITI		
	CNPq	IFF	FAPERJ	Total	CNPq	IFF	Total
Campos-Centro	13	16	0	29	30	13	43
Macaé	5	6	0	11	7	12	19
Reitoria	0	3	0	3	3	1	4
Bom Jesus do Itabapoana	0	4	0	4	0	2	2
Cabo Frio	0	3	2	3	0	0	0
Campos-Guarus	0	4	0	4	0	1	1
Itaperuna	0	1	0	1	1	0	1
TOTAL	18	37	2	55	41	29	70

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

<i>Campi</i>	MESTRADO	PIBIC/PIBITI/MESTRADO		
	IFF	CNPq	IFF	Total
Campos-Centro	5	43	34	77
Macaé	0	11	19	30
Reitoria	0	3	4	7
Bom Jesus do Itabapoana	0	0	6	6
Cabo Frio	0	0	3	3
Campos-Guarus	0	0	5	5
Itaperuna	0	1	1	2
TOTAL	5	58	72	130

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Bolsas de PIBIC e PIBITI - 2011/2012

<i>Campi</i>	PIBIC				PIBITI		
	CNPq	IFF	JUNIOR E.M	Total	CNPq	IFF	Total
Campos-Centro	14	26	2	42	34	5	39
Macaé	6	1	4	11	10	4	14
Reitoria	0	0	0	0	0	1	0
Bom Jesus do Itabapoana	2	2	5	9	0	2	2
Cabo Frio	5	3	2	10	0	0	0
Campos-Guarus	0	1	3	4	1	0	1
Itaperuna	0	0	1	1	0	0	0
TOTAL	27	33	17	77	45	12	56

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

<i>Campi</i>	MESTRADO		PIBIC/PIBITI/MESTRADO/JUNIOR	
	IFF	CNPq	IFF	Total
Campos-Centro	2	50	33	83
Macaé	2	20	7	27
Reitoria	0	0	0	0
Bom Jesus do Itabapoana	0	7	4	11
Cabo Frio	0	7	3	10
Campos-Guarus	0	4	1	5
Itaperuna	0	1	0	1
Total	4	89	48	137

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

▪ **Quanto à política de auxílio aos membros do IF Fluminense em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais**

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação busca promover e estimular a pesquisa de uma forma verticalizada, do ensino técnico ao mestrado, e integrada ao ensino e à extensão, desenvolve além de outras ações o Programa de Apoio à Produção Acadêmica que tem por finalidade incentivar a produção intelectual dos servidores e alunos, resultante das atividades acadêmicas institucionais (Ensino, Pesquisa e Extensão).

As modalidades de incentivos à produção acadêmica oferecidas são: Apoio à apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos no Brasil e no Exterior, e Apoio a publicações de trabalhos acadêmicos em periódicos.

Modalidade	<i>Campi</i>	Total de Bolsas			Total de Bolsas (Qtd.)
		Docente	Técnico- Administrativo	Discente	
Nacional	Campos-Centro	43	1	17	61
Nacional	Bom Jesus do Itabapoana	5	2	0	7
Nacional	Campos-Guarus	2	1	0	3
Nacional	Itaperuna	7	1	1	9
Nacional	Macaé	4	2	3	9
Nacional	Cabo Frio	1	1	0	2
Nacional	Reitoria	1	2	0	3

Modalidade	Campi	Total de Bolsas			Total de Bolsas
		Docente	Técnico-Administrativo	Discente	
Internacional	Campos-Centro	9	0	0	9
Internacional	Itaperuna	2	0	0	2
Internacional	Macaé	1	0	0	1
Internacional	Cabo Frio	1	0	0	1

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Ressalta-se que as modalidades de incentivos à produção intelectual são ofertadas aos servidores em efetivo exercício no IF Fluminense e extensivo a seus orientandos, desde que estudantes regularmente matriculados no IF Fluminense.

Os valores concedidos, de acordo com as modalidades de incentivos, estão em conformidade com o estabelecido pelas Normas de Capacitação dos servidores constantes em Portaria Interna da Reitoria do IF Fluminense.

▪ **Implantação e Acompanhamento do PET-Conexões de Saberes em Ciências da Natureza.**

A PROEN acompanha as ações do PET/Conexões de Saberes em Ciências da Natureza aprovado no Edital nº. 09 MEC/SESu/SECAD publicado no D.O.U. de 02/08/2010.

O Programa está sendo desenvolvido por professores e alunos do Curso de Ciências da Natureza - *campus* Campos-Centro.

O PET constitui-se em Programa de Educação Tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O PET/Conexões de Saberes em Ciências da Natureza do IF Fluminense *campus* Campos-Centro está associado às Licenciaturas em Biologia, Física e Química, tendo como base a estrutura interdisciplinar destas ciências.

O Programa é desenvolvido por estudantes das Licenciaturas que atuam, de forma tutorial e coletiva, aperfeiçoando sua formação acadêmica. Para isso, são realizadas atividades que envolvam Ciências da Natureza e suas Tecnologias e a estrutura da sociedade atual, utilizando-se de uma conexão com os saberes de outras áreas. Esse processo busca ser realizado sem perder a especificidade das áreas de Química, Biologia e Física, mas buscando, em seus fundamentos e na participação do processo histórico, uma visão mais unificada da totalidade.

A estrutura do Programa envolve estudantes oriundos de comunidades populares que desempenharão atividades de extensão focadas na aproximação destas comunidades com o IF Fluminense.

→ **Nº. de bolsas: 06**

▪ Programa Ciência Sem Fronteiras

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento - CNPq e Capes -, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

As Bolsas de Intercâmbio no Exterior em nível de Graduação (América do Norte, Europa, Ásia e Oceania) buscam, por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, estimular competências e habilidades dos graduandos do IF Fluminense oportunizando-lhes vivenciar experiências educacionais direcionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao empreendedorismo e à inovação em instituições de ensino superior e de pesquisa & inovação estrangeiras de elevado padrão de qualidade, por meio da modalidade **Graduação Sanduiche**.

Esta bolsa tem como objetivo de apoiar o aluno matriculado em curso de graduação no Brasil visando aperfeiçoar sua formação, com bolsa no exterior, e estimular suas competências e habilidades para o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo e a inovação.

→ **Nº. de Bolsas:** 06 Bolsas CNPq e 04 Bolsas de programa institucional (Reitoria)

▪ Núcleo de Inovação Tecnológica

Dentre as Metas e Compromissos firmados pelo IF Fluminense com o **Ministério da Educação**, por intermédio da **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica** está a “implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT, e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo”.

A implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, já é uma realidade desde 2009, com o objetivo de desenvolver e apoiar, no IF Fluminense, a cultura de inovação e empreendedorismo, a transferência de tecnologia e o fortalecimento do processo de desenvolvimento tecnológico do país, em acordo com as políticas públicas e a legislação pela agregação de valor à produção do conhecimento científico e tecnológico e o estabelecimento de parcerias para a captação de recursos.

Em 2011, buscando o fomento ao desenvolvimento, o IF Fluminense sob a forma de Edital e com os objetivos de fomentar o empreendedorismo nos estudantes dos cursos de nível

Superior; contribuir com a estruturação e manutenção do empreendimento na fase de maturação no mercado; promover o desenvolvimento de micro e pequenas empresas inovadoras na região e, oportunizar a formação acadêmico-profissional aos estudantes empreendedores, torna público o processo seletivo de Bolsas de Fomento ao Desenvolvimento, com a concessão de **07 bolsas de fomento**, com vigência de 12 meses, a estudantes regularmente matriculadas em cursos de nível superior nos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

9. Do Incentivo a Publicações



A Essentia Editora do Institucional do Instituto Federal Fluminense (IFF), foi criada em 2006 pelo então CEFET Campos, tem por objetivo principal estimular a produção e divulgação de obras de valor científico e cultural que expressem o trabalho de ensino, pesquisa e extensão do próprio Instituto, bem como obras de autores nacionais e estrangeiros que se articulem com a produção acadêmica da Instituição, em todas as suas áreas, no país, por meio da publicação de obras individuais e coletivas, que discutam temas ligados às principais questões nacionais, com enfoque especial naquelas presentes nas regiões na qual está inserida: as do Norte, Noroeste e Baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro.

A Editora possui um Portal da Essentia Editora tem como principal proposta colocar à disposição da coletividade acadêmica dados atualizados, principalmente sobre os periódicos do Instituto Federal Fluminense e reunir informações que auxiliem os autores e julgadores na produção editorial das revistas, o Portal alinha-se ao compromisso do Instituto com a divulgação da Pesquisa.

Implantação e disponibilização da Revista Vértices e do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego no endereço eletrônico <<http://portal.iff.edu.br/essentia-editora>> e indexação no portal do IBICT com acesso através do SEER - Sistema de Editoração Eletrônico de Revistas.

Dentre as diversas publicações disponíveis no Portal da Editora podem-se destacar as revistas VERTICES e BOLETIM DO OBSERVATÓRIO AMBIENTAL ALBERTO RIBEIRO LAMEGO. Temos ainda um catálogo com Outras publicações com livros e cdrom's que podem estar disponíveis para download ou informações em como obter a obra na íntegra.

Produção Editorial	Quantidade
Impressos (Livros, Revistas, Boletins)	12
Online	13
CDRom	7

Fonte: <<http://portal.iff.edu.br/essentia-editora>>.

10. PRONATEC

Entre as metas previstas no Termo de Metas está a “implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico”. Entre as ações desenvolvidas pelo IF Fluminense em 2011, está adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Criado por meio da Lei nº. 12.513, de 26/10/2011, Pronatec tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos.

O programa no IF Fluminense ficou sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e acompanhamento da Pró-Reitoria de Ensino. A pactuação 2011, 2012, 2013 e 2014 foi realizada no SISTEC pelos *campi* e validada pela Reitoria.

Os *campi* Campos-Guarus, Itaperuna, Macaé e o Núcleo de São João da Barra pactuaram vagas de Cursos Técnicos no âmbito deste Programa, os demais *campi* optaram por pactuar somente vagas de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Quadro de Vagas pactuadas por *campi* do IF Fluminense

TIPO DO CURSO	VAGAS 2011	VAGAS 2012	VAGAS 2013	VAGAS 2014
FIC	1923	6.226	6.696	6.661
Técnico	0	750	930	845

Fonte: SISTEC/MEC.

11. PRODOCÊNCIA

O Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência - no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, sob o AUXPE¹ número 2297/2010, publicado

¹ Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa.

no Diário Oficial da União em 25 de janeiro de 2011, seção 3, página 18, com vigência de 29/11/2010 a 29/10/2012, visa contribuir para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura, (re)avaliar os cursos existentes na instituição e contemplar projetos institucionais, valorizando a formação e a relevância social dos profissionais do magistério em consonância com o programa proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os objetivos do Prodocência no IF Fluminense assim se apresentam:

- a. Implementar ações no sentido de fomentar o **programa de formação continuada para os profissionais que atuam nas licenciaturas no IF Fluminense** (professores, equipe pedagógica e gestores), com vistas a superar as dificuldades evidenciadas na releitura desses cursos de modo a elevar a qualidade da formação docente oferecida.
- b. Promover maior integração na proposta de trabalho, por meio da implementação de metodologias de ensino capazes de estabelecer uma rede de saberes, favorecendo assim a redução ou até mesmo a diluição da dicotomia ainda existente entre teoria e prática.
- c. Adotar procedimentos que possibilitem ao professor lidar com as Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC), bem como aprofundar conhecimentos psicopedagógicos que subsidiem o trabalho educativo, tomando como referência: o sujeito que aprende, como se dão os fenômenos do aprender e como as tecnologias interferem nesse processo.

Ressaltamos que o valor total repassado pela CAPES foi de R\$103.976,00 (cento e três mil, novecentos e setenta e seis reais), destinados aos seguintes recursos:

→ Custeio: R\$77.982,00 (setenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais)

→ Capital: R\$25.994,00 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais).

O encaminhamento da Prestação de Contas a CAPES, referente à execução do Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência - no IF Fluminense, no ano de 2011, efetivou-se em 30 de janeiro de 2012, em conformidade com os prescritos no Regulamento da Concessão do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa e no Manual de Concessão e de Prestação de Contas de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional e de Pesquisa da Portaria nº. 28 de 29 de janeiro de 2010.

Dos resultados alcançados no Prodocência no IF Fluminense, no que tange à execução do projeto no ano de 2011, em atendimento aos objetivos delineados:

- I. Aquisição de 2 (dois) computadores iMac (material permanente) para edição de vídeo e imagens educativas, em 20 de maio de 2011, com o objetivo de elaborar material didático (vídeos, imagens e animações) que possibilite, mediante a esse tipo de tecnologia da informação e comunicação (TIC), re(construir) e aprofundar conhecimentos psicopedagógicos que subsidiem o trabalho educativo nos cursos de licenciatura.
- II. Efetivação do evento “Semana das Licenciaturas no Instituto Federal Fluminense *campus* Campos-Centro”, no período de 08 a 10 de junho do corrente. A promoção deste evento objetivou:

- a. fomentar o programa de formação continuada para os profissionais que atuam nas licenciaturas no IF Fluminense (professores, equipe pedagógica e gestores), com vistas a superar as dificuldades evidenciadas na releitura desses cursos de modo a elevar a qualidade da formação docente oferecida;
- b. fomentar experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, inclusive com a inserção de tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- c. estimular propostas de integração da educação superior com a educação básica, de articulação entre teoria e prática e de cooperação entre unidades acadêmicas;
- d. contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de licenciatura, valorizando a formação e a relevância social dos profissionais do magistério.

Resultados obtidos mediante a efetivação do evento “Semana das Licenciaturas no Instituto Federal Fluminense” *campus* Campos-Centro:

- Criação do Projeto do Observatório de Formação de Professores na região.
- Definição de Grupos de Trabalho visando à reformulação das Licenciaturas no IF Fluminense, em especial, do Núcleo Pedagógico.
- Integração com outros IFs presentes, no sentido da construção de Licenciatura em Artes e assessoria àqueles que desejam implantar Licenciaturas em Ciências da Natureza e em Matemática.
- Implantação de projeto piloto com Tablets na Licenciatura de Matemática como instrumento de pesquisa metodológica.

III. Aquisição de 7 (sete) tablets (material permanente), com a finalidade de promover maior integração na proposta de trabalho dos cursos de licenciaturas e da licenciatura com a Educação Básica, por meio da implementação de metodologias de ensino capazes de estabelecer uma rede de saberes, favorecendo assim a redução ou até mesmo a diluição da dicotomia ainda existente entre teoria e prática.

12. Cooperação Internacional

A cooperação internacional é umas das ações que vem se fortalecendo a cada dia no âmbito institucional do IF Fluminense. Para tratar das relações internacionais foi criado o Escritório de Cooperação Internacional, com o objetivo de executar, divulgar projetos e representar o Instituto em todas as suas ações ligadas aos assuntos nacionais e internacionais. Por meio do Escritório, o IFF faz a transferência de conhecimento e estabelece parcerias educacionais com outros países.

ESCAI (Escritório de Cooperação Internacional) do Instituto Federal Fluminense, que tem como objetivos primordiais: promover a interação deste Instituto com organismos e instituições de ensino internacionais, apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural, viabilizando o intercâmbio de estudantes do Ensino Técnico, de graduação e pós-graduação, professores e pessoal técnico-administrativo do Instituto e acolhendo alunos beneficiários desses acordos.

Nesse sentido, o escritório atua como importante ponto de apoio aos professores e estudantes brasileiros e internacionais.

Criado em 2010, pretende viabilizar programas que possibilitem à comunidade educacional a troca de experiências culturais e o aperfeiçoamento em idiomas estrangeiros, atendendo aos interesses do Ministério da Educação, da Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológico e da própria Instituição, no sentido de implementar novos convênios e acordos de cooperação técnica, científica e cultural com instituições internacionais.

Das atribuições do ESCAI:

- a. Representar o IF Fluminense perante outras organizações no Brasil e no exterior, no que concerne às relações internacionais desta Instituição;
- b. Interagir com os demais departamentos do IF Fluminense na condução e execução dos diversos programas internacionais, monitorando o seu desenvolvimento e divulgando os resultados obtidos;
- c. Auxiliar na redação, tradução e/ou versão de documentos pertinentes, assim como seu devido encaminhamento;
- d. Auxiliar os estudantes que vão estudar fora do Brasil, conveniados em suas atividades acadêmicas, orientando-os quanto à sua adaptação ante os costumes locais e auxiliando-os na obtenção da documentação necessária à estada regular no país;
- e. Proporcionar visibilidade às ações dos Institutos Federais, em âmbito nacional e internacional;
- f. Promover a realização de cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais dos Institutos Federais;
- g. Responder pelos contatos e convênios internacionais da Instituição, pelas articulações internas junto aos setores acadêmicos e de administração, bem como a representação e cooperação com as outras instituições brasileiras, com sua participação no Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, atualmente Associação das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais - FAUBAI;
- h. Informar e orientar a comunidade acadêmica sobre as oportunidades de intercâmbio no exterior;
- i. Incentivar professores, alunos e pesquisadores a participarem de atividades internacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento de projetos conjuntos com instituições conveniadas;
- j. Manter um banco de dados atualizado com informações sobre as instituições estrangeiras conveniadas, bem como órgãos internacionais e nacionais de fomento à pesquisa e de desenvolvimento de projetos.

▪ **PROJETOS DE COOPERAÇÃO EM ANDAMENTO NO IFF**

- EUA: Parceria entre HCC (Houston Community College); IFES (Instituto Federal do Espírito Santo) e nosso Instituto, IFF na criação do ICELT (Internacional Center for Education, Languages and Technologies)

Projeto Piloto: Basic Technical English Course for Oil and gas Workers

- Cooperação Brasil-México: 2009 - convite encaminhado pela Agência Brasileira de Cooperação. A SETEC participou de Missão de Diagnóstico ao México para formatar projetos de cooperação, subsidiar a missão técnica e identificar possíveis executores para o projeto (contato prévio com os IFs).

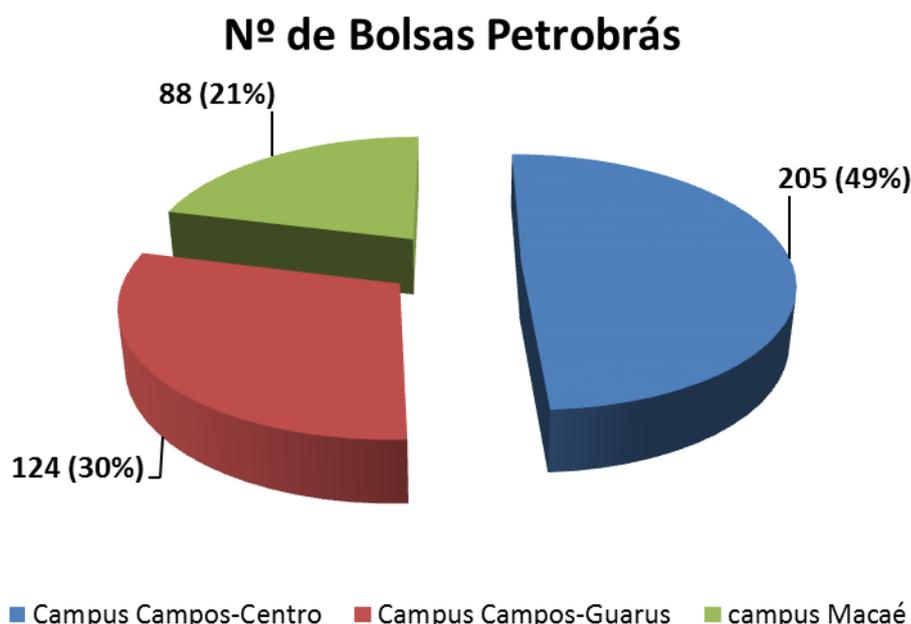
IFF: temática TELECOMUNICAÇÕES (9 a 13 de agosto - visita de representantes mexicanos ao Brasil (MEC/SETEC) - conhecer a experiência brasileira na elaboração de perfis profissionais e na sistematização de estruturas curriculares.

- Acordo de Cooperação Técnico-Científico Brasil-Angola

13. Convênio Bolsas Petrobrás

Este programa visa a fomentar a formação dos alunos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, estimular o desempenho dos alunos, reduzir a evasão escolar, despertar o interesse da mão-de-obra técnica para o setor de Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis, por meio da aplicação dos recursos provenientes da Cláusula de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento prevista nos contratos de concessão.

O ano de 2011 iniciou-se com um total de 417 alunos bolsistas, conforme mostra a figura a seguir, abaixo:



Ao final de 2011 o IF Fluminense termina com um total de 290 bolsas, esta redução se justifica em função da conclusão de curso de 127 alunos do *campus* Campos-Centro.

14. Concurso Público

O IF Fluminense realizou no ano de 2011, concursos públicos para a carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, definida pela Lei 11.784 de 225/09/2008, publicada no D.O.U. de 23/09/2008, e para a carreira de Técnico-Administrativo em Educação, definida pela Lei 11.091 de 12/01/2005, D.O.U. de 13/01/2005, visando a recomposição de sua força de trabalho.

A definição das vagas, áreas e cargos destes Concursos Públicos foram definidas coletivamente, fundamentadas nas demandas apresentadas pelos campi do Instituto, tendo como referência o Banco de Professores Equivalentes e o Banco de Técnicos-Administrativos equivalentes.

O concurso público para a carreira de Professor foi instituído pelo Edital nº. 50 de 21/09/2011, publicado no D.O.U. de 28/09/2011, seção 3, páginas 45 a 51, retificado pelo Edital nº. 52 de 30/09/2011, publicado no D.O.U. de 04/10/2011 e homologado pelo Edital nº. 078 de 14/12/2011, publicado no D.O.U. de 16/12/2011 seção 3, páginas 75 a 77. O mencionado concurso disponibilizou um total de 56(cinquenta e seis) vagas, distribuídas em 22 áreas distintas.

O concurso público para a carreira de Técnico-Administrativo foi instituído pelo Edital nº. 49 de 21/09/2011, publicado no D.O.U. de 28/09/2011, seção 3, páginas 43 a 45 e homologado pelo Edital nº. 077 de 14/12/2011, publicado no D.O.U. de 16/12/2011 seção 3, páginas 73 a 75. O mencionado concurso disponibilizou um total de 13(treze) vagas, distribuídas em 06 cargos distintos.

Ambos os Editais, foram devidamente encaminhado ao MEC à ocasião de abertura e encontra-se disponível no link: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17155&Itemid=184>.

CONCURSO PÚBLICO 2011

RELAÇÃO CANDIDATO VAGA

Cargo	Vagas	Cand	Cand/Vaga
Professor Administração Rural	1	82	82,0
Professor Arquitetura	1	23	23,0
Professor Automação	1	20	20,0
Professor Biologia	2	280	140,0
Professor Botânica	1	66	66,0
Professor Construção Civil	4	46	11,5
Professor Desenho	1	17	17,0
Professor Direito	1	116	116,0
Professor Elétrica	3	32	10,7
Professor Eletroeletrônica	2	8	4,0
Professor Estradas	1	5	5,0
Professor Física	6	138	23,0
Professor Geografia	1	108	108,0
Professor Hospitalidade e Lazer	1	24	24,0
Professor Informática	9	185	20,6
Professor Língua Estrangeira-Inglês	1	68	68,0
Professor Libras	1	9	9,0
Professor Língua Portuguesa	6	343	57,2
Professor Mecânica	5	53	10,6
Professor Química	3	158	52,7
Professor Sociologia	3	184	61,3
Professor Telecomunicações	2	29	14,5
Bibliotecário/Documentalista	2	76	38,0
Programador Visual	2	97	48,5
Psicólogo/Área	1	123	123,0
Técnico em Assuntos Educacionais	2	586	293,0
Técnico de Tecnologia da Informação	2	154	77,0
Técnico de Contabilidade	4	118	29,5

O IF Fluminense, para elaboração das provas e composição de bancas de avaliação de desempenho didático e dos títulos, contou com a participação de profissionais especializados nas áreas afins do concurso, a maioria servidores públicos federais e estaduais das diversas regiões do Brasil, em especial Sudeste, Nordeste e Sul. Destacamos a participação de profissionais das seguintes Instituições de Ensino: Universidade Federal Fluminense - UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, Universidade Tecnológica Federal do Paraná-

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

UTFPR, Colégio Pedro II, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

Os candidatos classificados nos referidos concursos foram nomeados em 2011 e empossados em janeiro de 2012.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1 EXECUÇÃO DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: GESTÃO DA POLITICA DE EDUCAÇÃO				
Tipo do Programa: APOIO ÀS POLITICAS PUBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS						
Objetivo Geral: COORDENAR O PLANEJAMENTO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS E A AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS PROGRAMAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO						
Objetivos Específicos: FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E INTENSIFICAÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA E DE CONTROLE SOCIAL ATRAVÉS DA INSERÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO/INTERLOCUÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES, CORPORações E SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E ATOS NORMATIVOS DECORRENTES DAS POLITICAS PUBLICAS DE ENINO.						
Gerente: ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Responsável: WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA		
Público Alvo: GOVERNO						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.136.000,00	1.136.000,00	1.021.171,17	1.016.863,17			
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	SERVIDOR CAPACITADO	01/2011	450	738	450	738
Fórmula de Cálculo do Índice: NÚMERO DE SERVIDORES ATENDIDOS COM O PROGRAMA						
O NUMERO DE SERVIDORES ATENDIDOS ADVIERAM DAS DEMANDAS EXISTENTES NA INSTITUIÇÃO, CONSOANTE AS ÁREAS ESPECÍFICAS DE ATUAÇÃO DE CADA SERVIDOR.						
Análise do Resultado Alcançado: A PREOCUPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO IF FLUMINENSE EM CAPACITAR E PROPICIAR CONDIÇÕES DE CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES ATUANTES NOS DIVERSOS SETORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL FICOU DEMONSTRADA NOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA.						

Fonte: SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa: APOIO ÀS POLITICAS PUBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS						
Objetivo Geral: PROVER OS ÓRGÃOS DA UNIÃO DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE SEUS PROGRAMAS FINALISTICOS						
Objetivos Específicos: CONTEMPLAR PROGRAMAS DE APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DO CORPO DE SERVIDORES E À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS EDUCACIONAIS PROPOSTOS PARA O IF FLUMINENSE.						
Gerente: ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Responsável: WESLLYNTON LUIZ DA SILVA DE OLIVEIRA		
Público Alvo: GOVERNO						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.809.117,00	6.960.910,00	6.646.169,43	6.646.169,43		6.646.169,43	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	SERVIDOR BENEFICIADO	01/2011	822	262	822	262
2	PESSOA BENEFICIADA	01/2011	1566	1730	1566	1730
3	CRIANÇA ATENDIDA	01/2011	138	165	138	165
4	SERVIDOR BENEFICIADO	01/2011	949	1179	949	1179
5	SERVIDOR BENEFICIADO	01/2011	508	286	508	286
Fórmula de Cálculo do Índice: NÚMERO DE SERVIDORES ATENDIDOS COM OS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS DIRETOS E NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PRÉ-ESCOLAR						
Análise do Resultado Alcançado: O RESULTADO POSITIVO ALCANÇADO NESTE PROGRAMA DEMONSTROU A PREOCUPAÇÃO DA ESFERA GOVERNAMENTAL, INCLUSIVE DA ADMINISTRAÇÃO DO IF FLUMINENSE, EM APOIAR AS AÇÕES ASSISTENCIAIS ADMITIDAS NESSE PROGRAMA DE GOVERNO. CABE RESSALTAR QUE OS ÍNDICES QUE APRESENTARAM ALGUM DECRESCIMO PERCENTUAL FORAM AQUELES ATINGIDOS POR REGULAMENTAÇÕES OU RESTRIÇÕES QUANTO À USABILIDADE DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS PELOS SERVIDORES.						

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
Tipo do Programa: APOIO ÀS POLITICAS PUBLICAS E ÁREAS ESPECIAIS						
Objetivo Geral: ASSEGURAR OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS LEGALMENTE ESTABELECIDOS AOS SERVIDORES INATIVOS DA UNIÃO E SEUS PENSIONISTAS E DEPENDENTES.						
Objetivos Específicos: NECESSIDADE DE AJUSTE DAS CONTAS PÚBLICAS EM FUNÇÃO DO DESEQUILÍBRIO DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO, REDUZINDO POSSÍVEIS IMPACTOS NEGATIVOS NO AMBIENTE MACROECONÔMICO.						
Gerente: ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Responsável:		
Público Alvo: SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
29.300.057,00	29.300.057,00	26.451.638,66	26.451.638,66		26.451.638,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	PESSOA BENEFICIADA	01/2011	371	1100	3714	1100C
Fórmula de Cálculo do Índice: NÚMERO DE SERVIDORES APOSENTADOS OU BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO ATENDIDOS COM O PROGRAMA						
Análise do Resultado Alcançado: FORAM MANTIDOS OS OBJETIVOS DO PROGRAMA, POSSIBILITANDO O ATENDIMENTO DOS SERVIDORES APOSENTADOS OU AOS SEUS DEPENDENTES BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA LEGALMENTE ESTABELECIDADA.						

Fonte: SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1061		Denominação: BRASIL ESCOLARIZADO				
Tipo do Programa: FINALISTICO						
Objetivo Geral: CONTRIBUIR PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ASSEGURANDO EQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA						
Objetivos Específicos: GARANTIR A MANUTENÇÃO E CUSTEIO DA REDE FEDERAL RESPONSÁVEL PELA OFERTA DE VAGAS DE ENSINO MÉDIO, VISANDO MELHORIA DE SUA QUALIDADE E PROPICIANDO CONDIÇÕES PARA ABSORVER AS MUDANÇAS DAS NOVAS DIRETRIZES PARA ESTE NÍVEL DE ENSINO.						
Gerente: ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Responsável: CAROLINA CRISTINA MARTINS CAVALCANTE		
Público Alvo: CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
800.000,00	800.000,00	797.935,76	762.273,07			
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	ALUNO MATRICULADO	01/2011	9500	9500	9500	9500
Fórmula de Cálculo do Índice: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS						
Análise do Resultado Alcançado: O RESULTADO REVELA A PREOCUPAÇÃO DO IF FLUMINENSE EM MANTER O ATENDIMENTO A DEMANDA PELO ENSINO MÉDIO NA REGIÃO, SEM PRESCINDIR DOS DEMAIS OBJETIVOS PROPOSTOS PARA A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA.						

Fonte: SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA				
Tipo do Programa: FINALÍSTICO						
Objetivo Geral: AMPLIAR A OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS CURSOS DE NÍVEIS TÉCNICO E TECNOLÓGICO, COM MELHORIA DA QUALIDADE.						
Objetivos Específicos: POSSIBILIDADE DE OFERTAR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E UNIVERSITÁRIA ARTICULADA COM AS POLÍTICAS NACIONAIS DE GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, DETERMINANDO O FORTALECIMENTO DAS CAMADAS SOCIAIS DESASSISTIDAS DA ESCOLA REGULAR E DEMAIS FORMAS DE ENSINO PÚBLICO.						
Gerente: ADMINISTRAÇÃO DIRETA				Responsável: MARIA DE FATIMA TEIXEIRA LIMA		
Público Alvo: GOVERNO						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	ALUNO MATRICULADO	01/2011	15000	13500	15000	13500
02	ALUNO ASSISTIDO	01/2011	9500	2300	9500	2300
03	PESSOA ATENDIDA	01/2011	2000	3300	2000	3300
04	UNIDADE	01/2011	3	3	3	3
05	SEM INDICAÇÃO	01/2011	-	-	-	-
06	UNIDADE	01/2011	3000	3200	3000	3200
07	UNIDADE	01/2011	300	735	300	735
08	UNIDADE	01/2011	2	-	2	-
09	UNIDADE	01/2011	7	7	7	7
Fórmula de Cálculo do Índice: NÚMERO DE ALUNOS ASSISTIDOS OU PESSOAS ATENDIDAS EM FUNÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NESSE PROGRAMA DE GOVERNO.						
Análise do Resultado Alcançado: O RESULTADO ALCANÇADO NAS DIVERSAS AÇÕES INTEGRANTES DESSE PROGRAMA DE GOVERNO REFLETE A NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS AO CORPO DISCENTE DO IF FLUMINENSE, EM TODA A SUA AREA DE ABRANGÊNCIA, POSSIBILITANDO OFERTAR ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE À POPULAÇÃO DESASSISTIDA DESSE SERVIÇO. ALGUMAS AÇÕES DEIXARAM DE SER ATENDIDAS (AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS) EM RESPEITO AO CONTINGENCIAMENTO PROMOVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL. O DECRÉSCIMO OBSERVADO NOS ÍNDICES ENVOLVENDO NÚMERO DE ALUNOS DEVEU-SE A REAVALIAÇÃO DESSE PARÂMETRO A PARTIR DA ESTATÍSTICA APRESENTADA PELO SISTEC.						

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	128	1067	4572	A	3	SERVIDOR CAPACITADO	450	738	-
Análise Crítica: O resultado positivo nesta ação proposta deveu-se ao esforço da Administração do IF Fluminense em fomentar as atividades de atualização, qualificação ou requalificação junto ao seu corpo de servidores, proporcionando melhoria no atendimento e no desenvolvimento das atividades educacionais de responsabilidade do IF Fluminense.									
12	331	0750	2011	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	822	262	-
Análise Crítica: Apesar do atendimento de servidores pelo programa de auxílio-transporte, o quantitativo mostrou declínio em função da regulamentação imposta pelo programa e alguma dificuldade de adequação à legislação por parte dos servidores proponentes desse benefício.									
12	331	0750	2004	A	3	PESSOA BENEFICIADA	1566	1730	-
Análise Crítica: O incremento no número de servidores atendidos pelo programa de assistência médica deveu-se em função do acréscimo dos servidores lotados no IF Fluminense, à disposição da educação profissional.									
12	331	0750	2010	A	3	CRIANÇA ATENDIDA	138	165	-
Análise Crítica: A superação das metas estabelecidas para a concessão do benefício de assistência pré-escolar aos menores dependentes dos servidores, foi ocorrência direta do aumento no número de servidores lotados no IF Fluminense, à disposição da educação profissional.									
12	331	0750	2012	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	949	1179	-
Análise Crítica: O incremento no número de servidores beneficiados com o programa de auxílio-alimentação foi decorrência direta da incorporação de novos servidores ao quadro ativo.									
12	331	0750	20C W	A	3	SERVIDOR BENEFICIADO	508	286	-
Análise Crítica: Apesar do atendimento moderado mostrado neste programa, os servidores foram beneficiados com ações assemelhadas ao benefício do programa, dada a dificuldade da situação institucional-jurídico para a contratação dos serviços médicos para exames e similares.									
12	122	0089	0181	A	3	PESSOA BENEFICIADA	371	1100	-

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Análise Crítica: O percentual incremental havido no exercício para essa ação deveu-se pela evolução natural dos servidores em condições de optarem pelo benefício da aposentadoria.									
12	362	1061	2991	A	3	ALUNO MATRICULADO	9500	9500	-
Análise Crítica: Na avaliação dos resultados desta ação foi considerado que, apesar da estimativa inicial equivocada no número de alunos participantes do ensino médio, os investimentos realizados permitiram à Administração do IF Fluminense garantir a manutenção e o custeio das atividades estabelecidas para o Ensino Médio, possibilitando o atingimento das metas determinadas para esse seguimento.									
12	363	1062	2992	A	3	ALUNO MATRICULADO	15000	13500	-
Análise Crítica: A aparente redução no número de alunos matriculados deveu-se à correta acomodação do número de matrículas efetivamente realizadas, não intervindo de forma negativa nos objetivos propostos para a educação profissional do IF Fluminense.									
12	363	1062	2994	A	3	ALUNO ASSISTIDO	9500	2300	-
Análise Crítica: Apesar do redimensionamento da meta admitida inicialmente, as atividades propostas nesta ação permitiram a manutenção dos educandos nas respectivas modalidades de ensino, bem como os investimentos financeiros garantiram a permanência dos educandos na área de abrangência do IF Fluminense.									
12	122	1062	2319	A	3	PESSOA ATENDIDA	2000	3300	-
Análise Crítica: O percentual incremental positivo nesta ação deveu-se pelos movimentos comunitários adotados em parceria com o IF Fluminense, possibilitados pelos investimentos financeiros realizados objetivando a divulgação e implementação de ações socioeducativas e culturais para a população local e de abrangência.									
12	363	1062	1H10	P	1	UNIDADE IMPLANTADA	3	3	-
Análise Crítica: Os investimentos realizados objetivando a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foram suficientes para a implantação ou manutenção dos campi CAMPOS-CENTRO, CAMPOS-GUARUS, CABO FRIO, ITAPERUNA, MACAÉ e BOM JESUS DO ITABAPOANA, permitindo aumentar o número de vagas ofertadas às comunidades da região de abrangência do IF Fluminense, aliadas ao programa nacional de desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.									
12	272	1062	09HB	A	3	-	-	-	-
Análise Crítica: Esta ação assegura o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, conforme preceitos legais inerentes ao tema.									
12	363	1062	6301	P	3	VOLUME DISPONIBILIZA DO	3000	3200	-
Análise Crítica: A situação incremental do acervo bibliográfico, em função dos investimentos mantidos neste programa, pode ser verificado a partir dos dados apresentados, permitindo melhor e maior apoio aos corpos discente e docente para a realização das suas atividades, consoante a composição dos objetivos da educação profissional do IF									

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Fluminense.									
12	128	1062	6358	A	3	PESSOA CAPACITADA	300	735	-
Análise Crítica: A superação das metas estabelecidas para esta ação mostrou-se adequada em função do objetivo da Administração em proporcionar aos docentes e profissionais da educação profissional capacitação mediante a programação de cursos, seminários, oficinas, ou outros instrumentos que possibilitem a consecução de tal objetivo.									
12	363	1062	6364	P	1	VEÍCULO ADQUIRIDO	2	-	-
Análise Crítica: A falta de aplicabilidade de recursos nesse programa deveu-se em função do respeito às determinações do poder central, no intuito de melhor alocar os recursos à sua disposição, ficando, dessa forma, impossibilitada qualquer análise deste programa.									
12	363	1062	8650	P	1	UNIDADE REESTRUTURA DA	7	7	-
Análise Crítica: As inversões financeiras propostas para esta ação possibilitaram a inclusão de Unidades Educacionais em condições imediatas de operacionalidade, permitindo a elevação no número de vagas públicas para o ensino técnico profissionalizante para a região de abrangência do IF Fluminense. Cabe salientar que o Núcleo CAMBUCI, oriundo da absorção do patrimônio da Fazenda Santo Antônio, Município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, está sendo integrado ao acervo do IF Fluminense, tendo suas atividades mantidas em sua normalidade pelos investimentos orçamentários próprios.									
Análise Geral: De forma geral, as inversões financeiras disponibilizadas à Administração do IF Fluminense possibilitaram a manutenção da estrutura educacional já ofertada para a população local, bem como a implantação de novas Unidades Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, indo ao encontro das propostas governamentais de estímulo à educação profissional aliada à maior participação da população classificada como desassistida de serviço educacional público e de qualidade.									

Fonte: SIMEC – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	26434	158139

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	92.341.765,00	75.433.343,00		-	34.224.479,00	25.498.864,00	
	PLOA		75.274.258,00		-		25.440.239,00	
	LOA		75.274.258,00		-		25.440.239,00	
CRÉDITOS	Suplementares	35.648.133,00	42.600.000,00		-	1.891.000,00	2.855.913,00	
	Especiais	Abertos				-		
		Reabertos				-		
	Extraordinários	Abertos				-		
		Reabertos				-		
Créditos Cancelados	(6.000.000,00)	(15.002.070,00)		--	(1.052.407,00)			
Outras Operações					-	-		
Total		121.989.898,00	102.872.188,00		-	35.063.072,00	28.296.152,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	15.789.393,00	15.339.393,00		-		-	
	PLOA		15.682.886,00		-		-	
	LOA		15.682.886,00		-		-	
CRÉDITOS	Suplementares		-		-		-	
	Especiais	Abertos		-		-		-
		Reabertos		-		-		-
	Extraordinários	Abertos		-		-		-
		Reabertos		-		-		-
Créditos Cancelados		-		-		-		
Outras Operações			-		-		-	
Total		15.789.393,00	15.682.886,00		-		-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas
QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	126.566.244,00	100.932.207,00	15.789.393,00	15.339.393,00	-	-	
	PLOA	-	100.714.497,00	-	15.682.886,00	-	-	
	LOA	-	100.714.497,00	-	15.682.886,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	37.539.133,00	45.455.913,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	(7.052.407,00)	(15.002.070,00)	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		157.052.970,00	131.168.340,00	15.789.393,00	15.682.886,00	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158139	12363106229920033			387.845,87
	Recebidos	158274	12363106229920033			10.000,00
		158387	12363106229920033			377.845,87
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	150014	12122106722720001			6.970,28
		150014	1236310621H100001			876.933,83
		150014	12363106220AW0001			555.120,00
		150014	12363106263580001			75.165,15
		150014	12363106263800001			5.953.046,73
		150014	12363106286500001			58.171,37
		153115	12364107340090033			2.495,20
		153173	12306106187440001			350.225,27
		153173	12363106282520001			49.822,60
		158137	12363106229920031			700,00
200094	06422145388530001			299.580,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158139	12363106263010033	519,96		
	Recebidos	158139	12363106286500033	519,96		
		158274	12363106263010033	519,96		
		158274	12363106286500033	519,96		
Movimentação Externa	Concedidos	158139	1236310622E130062	250.000,00		
	Recebidos	150014	1236310621H100001	6.629.063,70		
		150014	12363106263580001	29.968,00		
		150014	12363106263800001	549.475,35		
		158485	1236310622E130062	250.000,00		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica

A movimentação orçamentária externa manteve-se em situação de adequabilidade às necessidades de manutenção das atividades educacionais estabelecidas para o IF Fluminense, mostrando-se satisfatória para a imposição do ritmo de desenvolvimento primado pela Administração Central. A movimentação interna deveu-se em função do processo de descentralização das ações de controle e execução das atividades finalísticas do Instituto, tese esta assumida a partir da estruturação do sistema IF Fluminense. Apesar da adequabilidade para o cumprimento dos objetivos finalísticos da Instituição para o exercício em análise, os recursos descentralizados pela Administração Central deverão carecer de preocupações em relação ao crescimento da demanda pelos cursos técnicos e/ou superiores para a região de abrangência do IF Fluminense, uma vez que os investimentos serão necessariamente bases norteadoras para o atingimento dos objetivos educacionais para os próximos períodos.

2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	11.837.744,09	12.310.237,69	11.263.642,00	9.176.445,20
Convite	35.219,51	196.157,43	35.219,51	196.157,43
Tomada de Preços	134.840,14	1.109.634,54	134.840,14	995.049,37
Concorrência	1.266.261,06	815.153,14	1.188.833,53	813.581,84
Pregão	3.495.492,79	10.189.292,58	9.636.772,27	7.171.656,56
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	117.357,94	-	37.821,60
Contratações Diretas	10.641.992,79	8.304.398,69	10.159.840,46	7.698.599,79
Dispensa	9.756.082,90	7.730.159,22	9.341.330,57	7.163.286,12
Inexigibilidade	885.909,89	574.239,47	818.509,89	535.313,67
Regime de Execução Especial	104.012,25	63.815,99	104.012,25	63.815,99
Suprimento de Fundos	104.012,25	63.815,99	104.012,25	63.815,99
Pagamento de Pessoal	122.579.836,26	109.496.968,68	122.579.836,26	109.452.827,49
Pagamento em Folha	121.934.925,01	108.804.847,21	121.934.925,01	108.804.847,21
Diárias	644.911,25	692.121,47	644.911,25	647.980,28
Outros	5.657.283,62	3.559.539,31	5.633.609,52	3.552.278,29

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	69.432.552,52	44.102.636,57	69.432.552,52	44.102.636,57	-	-	69.432.552,52	44.102.636,57
01 – Aposentadorias Reserva Remunerada e Reformas	19.545.590,14	33.140.235,18	19.545.590,14	33.140.235,18	-	-	19.545.590,14	33.140.235,18
13 – Obrigações Patronais	14.856.520,51	12.986.865,52	14.856.520,51	12.986.865,52	-	-	14.856.520,51	12.986.865,52
Demais elementos do grupo	10.484.857,36	10.578.905,98	10.484.857,36	10.578.905,98	-	-	10.484.857,36	10.578.905,98
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.883.999,86	6.346.347,79	7.305.903,10	5.815.575,25	578.096,76	530.772,54	7.019.682,80	5.398.517,12
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	5.734.974,96	-	5.523.488,96	-	211.486,00	-	5.501.014,86	-
46 – Auxílio-Alimentação (2010)	-	3.658.572,63	-	3.658.572,63	-	-	-	3.658.572,63
37 – Locação de Mão de Obra	5.667.447,57	4.244.174,13	5.483.292,61	4.162.681,00	184.154,96	81.493,13	5.304.261,52	3.896.888,43
Demais elementos do grupo	14.567.360,29	13.723.165,15	13.580.912,70	13.321.043,97	986.447,59	402.121,18	13.324.391,06	12.841.985,86

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
51 – Obras e Instalações	9.811.683,64	7.786.512,12	1.631.147,38	948.900,55	8.180.536,26	6.837.611,57	1.552.838,04	837.729,38
52 – Equipamentos e Material Permanente	4.604.248,78	7.896.373,88	2.938.415,20	5.138.612,65	1.665.833,58	2.757.761,23	2.684.130,15	2.539.451,69
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	57.446,84		38.188,53		19.258,31		35.101,53	
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º. elemento de despesa								
2º. elemento de despesa								
3º. elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º. elemento de despesa								
2º. elemento de despesa								
3º. elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	14.473.379,26	15.682.886,00	4.607.751,11	6.087.513,20	9.865.628,15	9.595.372,77	4.272.069,72	3.377.181,07

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

Análise crítica

O grupo de despesas de capital se destaca na análise dos investimentos direcionados ao IF Fluminense, uma vez que, durante o exercício em curso, a Administração do IF Fluminense priorizou a adequação das instalações educacionais colocadas à disposição da comunidade de abrangência (Norte-Noroeste Fluminense), empregando esforços no sentido de remodelar, recuperar, reativar e até mesmo criar novos espaços destinados ao desenvolvimento exclusivamente de atividades tecnoculturais, objetivando o atendimento máximo às demandas expressas pela comunidade. Dessa forma, podemos destacar a evolução dos investimentos no grupo de despesas de capital, os quais se mantiveram ao mesmo nível dos investimentos no grupo de despesas correntes para satisfazer as necessidades da correta manutenção da estrutura adotada e já em andamento.

2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Aplica-se o Quadro A.2.10 intitulado “Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ”.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	7.519,00	551.901,02	396.358,80	178.971,40
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	7.519,00	-	-	-
Pregão	-	551.901,02	396.358,80	178.971,40
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	2.325.804,46	648.171,79	934.036,56	315.659,11
Dispensa	1.906.415,87	632.092,10	622.708,83	312.953,80
Inexigibilidade	419.388,59	16.079,69	311.327,73	2.705,31
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	3.196,59	909.652,59	3.196,59	909.549,73
Pagamento em Folha	-	815.004,50	-	814.901,64
Diárias	3.196,59	94.648,09	3.196,59	94.648,09
Outras	525.813,64	741.314,51	465.638,60	681.536,91

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	8.224.882,28	4.307.201,92	3.835.262,99	2.041.039,91	4.389.619,37	2.266.162,01	1.602.950,07	1.275.717,15
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	3.447.305,40	1.145.560,00	1.573.637,67	349.224,90	1.873.667,73	796.335,10	677.858,43	62.528,18
37 – Locação de Mão de Obra	2.089.918,32	956.800,00	906.286,27		1.183.632,05		242.667,94	
30 – Material de Consumo	1.232.517,58	768.995,41	264.230,65		968.286,93		16.331,78	
Demais elementos do grupo	1.455.140,98	1.435.846,51	1.091.108,32	1.133.933,49	364.032,66	301.913,02	666.091,92	998.737,35

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
52 – Equipamentos e Material Permanente	6.298.231,74	2.587.115,50	405.621,04	-	5.892.610,70	2.587.115,50	196.280,48	-
51 – Obras e Instalações	879.677,31	298.453,42	-	-	879.677,31	298.453,42	-	-
39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	7.500,00	-	-	-	7.500,00	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º. elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

Análise crítica

Os recursos disponibilizados e recebidos pelo IF Fluminense mostram, na sua executabilidade, a prioridade da Administração em manter a operacionalidade das suas instalações, promovendo ações que visem adaptar as necessidades educacionais aos novos conceitos socioculturais, abrangendo todas as modalidades de ensino. Essa preocupação pode ser inferida a partir das inversões financeiras nos elementos de despesa que permitem a execução orçamentária objetivando o atendimento das necessidades do corpo discente, de acordo com as diretrizes educacionais estabelecidas pelo corpo diretivo. Apesar do contingenciamento promovido pelo Poder Central, tais efeitos foram devidamente compensados com a readequabilidade dos recursos à disposição do IF Fluminense, frente às necessidades da Autarquia, não interferindo de forma drástica na execução das ações finalísticas propostas para o período em análise.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

4. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	4.636.014,03	-	4.628.579,19	7.434,84
2009	574.827,78	(7.717,48)	533.293,69	33.816,61
2008	7.263,17	(4.491,70)	2.771,47	-
2006	441,08	(441,08)	-	-
2004	201,95	(201,95)	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	14.761.940,58	(17.145,10)	9.943.370,90	4.800.974,58
2009	1.463.214,53	(478.310,81)	807.654,79	177.248,93
2008	367.735,68	(365.635,71)	2.099,97	-
2007	95.927,18	(95.185,81)	16,30	725,07
Observações:				

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

Análise Crítica

A Administração do IF Fluminense tem destacado esforços e priorizado ações no sentido da eliminação parcial da rubrica “Restos a Pagar”, muito embora o saldo dessa rubrica, notadamente na tipicidade “Não Processados”, apresente valores representativos de 32% (trinta e dois por cento) dos valores inscritos no exercício anterior ao período em análise. Essa inscrição foi devida pelas inversões financeiras no grupo de despesas de capital, a partir do fomento das atividades de manutenção e modernização das instalações educacionais à disposição da comunidade sob influência dos *campi* do IF Fluminense. Tal perspectiva também é vivenciada para o exercício em análise (2011), uma vez que os processos licitatórios foram deflagrados e finalizados a partir da disponibilização orçamentária, já a partir do segundo semestre de 2011.

5. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	1146		-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1142	150	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	02	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	01	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	79	27	42
3. Total de Servidores (1+2)	-	1225	177	59

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense.

5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	08
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	13
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	68
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço military	-

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	05
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	97

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense.

5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	-	-	-

Fonte: DGP-IF Fluminense.

5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.5.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	245	286	309	266	36
1.3. Servidores com Contratos Temporários	34	33	10	02	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	279	319	319	268	36

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense.

5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.5.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	01	09	18	175	249	326	277	87
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	72	03	03	01
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	01	09	18	175	321	329	280	88

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense.

5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	188	21
1.2 Compulsória	03	-
1.3 Invalidez Permanente	15	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	72	-
2.2 Compulsória	03	01
2.3 Invalidez Permanente	05	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	286	22

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense

5.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	44	03
1.2. Proporcional	15	04
2. Em Atividade	31	01
3. Total (1+2)	90	08

Fonte: SIAPE / DGP-IF Fluminense.

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	13	12	32	36	150.881,50
1.2 Área Meio	46	50	51	48	306.465,80
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	04	06	08	06	18.221,20
2.2 Área Meio	06	06	04	05	21.458,67
3. Total (1+2)	69	74	95	95	497.027,20

Fonte: SIAPE/DGP-IF Fluminense.

NOTA DA INSTITUIÇÃO:

- Com relação ao item Nível de Escolaridade se divide em superior, equivalente a formação acadêmica em curso de 3º grau, e nível médio, correspondente à formação acadêmica em curso de 2º grau.
- Em conformidade com Lei nº. 11.788/2008 a terminologia correta no caso deste IF Fluminense não é contrato e sim Termo de Compromisso.
- Gostaríamos de informar que no item “Despesa no Exercício” foi considerada para fins de cálculo o pagamento de estagiários envolvendo Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte.

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	33.648.857,33	2.808.258,69	5.973.935,73	2.913.677,78	4.812.328,66	1.914.232,46	91.000,63	12.173,58	4.172.150,95	56.346.615,81
	2010	29.380.339,68	3.076.813,13	5.836.096,84	2.526.853,24	46.004,59	2.117.593,51	47.637,20	77.350,81	4.282.840,34	47.391.529,34
	2009	21.597.957,47	2.143.697,73	6.092.524,57	2.154.880,51	28.464,89	1.391.884,07	60.323,73	40.702,76	4.332.908,79	37.843.344,52
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.944.910,30	-	164.413,47	11.638,58	35.759,69	-	2.509,43	-	-	2.159.240,47
	2010	2.480.202,99	-	-	58.711,59	-	-	-	-	-	2.538.914,58
	2009	1.834.562,08	-	-	47.390,68	-	-	-	-	-	1.881.952,76
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Continuação

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE / SIAFI / AUDITORIA INTERNA

5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

5.5.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

5.5.3 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE													
UG/Gestão: 24434				CNPJ: 10.779.511/0001-07									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	072010	02.841.990/0001-16	01/06/2010	31/12/2011	8	8			-	-	P
2010	L	O	082010	00.987.137/0001-81	01/09/2010	31/12/2010	69	69	27	27	-	-	P
2006	V	O	022006	05.014.372/0001-90	01/05/2006	31/12/2011	22	22			-	-	P
2007	L	O	592006	39.676.721/0001-51	01/01/2007	31/12/2011	12	12	5	5	-	-	P
2009	L	O	082009	04.635.778/0001-28	01/04/2009	31/12/2011	22	22	5	5	-	-	P
2008	V	O	052008	02.841.990/0001-16	01/04/2008	31/12/2011	8	8			-	-	P
2009	L	O	412009	04.635.778/0001-28	01/12/2009	31/12/2011	19	19	3	3	-	-	P
2009	V	O	342009	05.234.289/0001-27	27/10/2009	31/12/2011	10	10			-	-	P
2008	V	O	162008	02.841.990/0001-16	08/09/2008	31/12/2011	8	8			-	-	P
2011	L	O	232011	04.635.778/0001-28	01/09/2011	31/12/2011	16	16	4	4	-	-	P
2010	V	I.	132010	05.234.289/0001-27	16/10/2010	31/12/2011	8	8			-	-	P
2011	V	E	062011	02.841.990/0001-16	14/03/2011	31/12/2011	8	8			-	-	P
2011	L	E	182011	33.104.423/0001-00	06/07/2011	31/12/2011	6	6	3	3	-	-	P

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/IF Fluminense.

5.5.4 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE													
UG/Gestão: 26434							CNPJ: 10.779.511/0001-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	172009	04.635.778/0001-28	08/06/2009	31/12/2011	16	16	2	2	-	-	P
2010	1	O	112010	09.654.954/0001-92	01/10/2010	31/12/2011	-	-	8	8	-	-	P
2009	1	O	352009	09.654.954/0001-92	03/11/2009	31/12/2011	-	-	3	3	-	-	P
2009	3	O	072009	04.365.103/0001-06	01/04/2009	31/12/2011	16	16	-	-	1	1	P
2009	2	O	182009	39.676.721/0001-51	19/05/2009	31/12/2011	4	4	2	2	-	-	P
2009	2	O	262009	04.635.778/0001-28	03/08/2009	31/12/2011	2	2	1	1	-	-	P
2009	2	O	392009	02.294.878/0001-02	01/12/2009	31/12/2011	2	2	1	1	-	-	P
2011	1	O	172011	03.399.539/0001-53	01/07/2011	31/12/2011	10	10	2	2	-	-	P
2011	2	E	202011	04.635.778/0001-28	01/08/2011	31/12/2011	4	4	12	12	-	-	P
2011	4	O	272011	02.508.002/0001-47	10/10/2011	31/12/2011	3	3	3	3	-	-	P
2011	7	O	312011	29.212.545/0001-43	01/01/2011	31/12/2011	42	42	5	5	-	-	P

Fonte: Pró-Reitoria de Administração IF Fluminense

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

O IF Fluminense possui uma Diretoria de Gestão de Pessoas, de caráter sistêmico, que coordena as políticas e os programas de ingresso, capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Instituto Federal Fluminense.

É de competência da Diretoria de Gestão de Pessoas:

- I.** administrar e superintender o plano de capacitação e desenvolvimento de servidores do IF Fluminense;
- II.** coordenar a realização de concurso público para ingresso de servidores;
- III.** executar os processos de gestão de pessoas da Reitoria;
- IV.** elaborar boletim de serviço no âmbito da Reitoria;
- V.** organizar e manter atualizadas a consolidação da legislação e jurisprudência referentes à área de pessoal, especialmente quanto às questões funcionais e institucionais;
- VI.** coordenar de forma matricial a Câmara de Dirigentes de Pessoas dos diversos campi do IF Fluminense;
- VII.** definir critérios e elaborar Edital para remoção de servidores entre os campi do IF Fluminense, em consonância com a Câmara de Gestão de Pessoas e com o Colégio dos Dirigentes;
- VIII.** representar o IF Fluminense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- IX.** supervisionar a execução dos recursos alocados no orçamento de pessoal do IF Fluminense;
- X.** zelar pelo bom funcionamento da área de gestão de pessoas na Instituição, inclusive no tocante à saúde, à segurança no trabalho e ao lazer; e
- XI.** executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas que se refere à saúde, à segurança no trabalho e ao lazer;
- XII.** planejar as ações e indicar diretrizes relativas à admissão, recepção e acompanhamento de novos servidores;
- XIII.** coordenar junto com uma equipe interdisciplinar ações voltadas ao bem estar dos servidores relativas à orientação e prevenção de doenças ocupacionais;
- XIV.** Promover a divulgação e orientação sobre legislação de pessoal e dos atos normativos vigentes;
- XV.** Propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;
- XVI.** Supervisionar ações de acompanhamento da vida de pessoal no exercício vigente e em exercícios anteriores, como concessão de benefícios e progressões;
- XVII.** Executar outras funções que, por sua natureza lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

O IF Fluminense não tem Indicadores de Gestão desenvolvidos para a área de Gestão de Pessoas, no entanto, há previsão de desenvolvê-los por meio da Câmara de Gestão de Pessoas, órgão colegiado de função consultiva, sob a Coordenação da Diretoria de Gestão de Pessoas e composição multicampi que têm a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IF Fluminense na sua área de Gestão de Pessoas.

6. INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

7. MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Guilherme Batista Gomes**, CPF nº 03951484721, **Diretor do Departamento Administrativo**, exercido no **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campos dos Goytacazes, RJ, 28 de março de 2012.

Guilherme Batista Gomes

CPF: 03951484721

Diretor do Departamento Administrativo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

8. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/9

QUADRO A.8.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei n.º. 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º. 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	158	-	-
	Entregaram a DBR	158	-	-
	Não cumpriram a obrigação	00	-	-

Fonte: DGP / IF Fluminense.

Análise Crítica

O IF Fluminense adota como procedimento exigir quando do ingresso do servidor a apresentação da última Declaração de Bens e Rendas, bem como a Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda até a data da Posse. Portanto, todos os servidores que passaram a ocupar cargo, em 2011, no IF Fluminense, assim o fizeram.

Em relação aos servidores que encerraram suas atividades em 2011, em virtude de aposentadoria, o IF Fluminense, também exige a apresentação da última Declaração de Bens e Rendas para que seja anexada ao Processo de Aposentadoria.

No tocante aos servidores, que constam como obrigatória a apresentação da DBR, em virtude da função que ocupam, o IF Fluminense, desde a publicação da Portaria Interministerial MP/CGU n.º. 298 de 06/11/2007, não mais exige a apresentação da DBR, quer no início ou no fim do exercício da função, utilizando-se da prerrogativa legal de exigência apenas da Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda. Desta Forma, a exigência da referida Autorização é feita a todos os ocupantes de Cargos de Direção(CD) e de Função Gratificada(FG), indistintamente, e uma vez apresentada a autorização, o acesso é considerado concedido por prazo indeterminado, salvo a hipótese do servidor solicitar o cancelamento do acesso autorizado, não havendo a exigência de renovação anual.

A Diretoria de Gestão de Pessoas do IF Fluminense é o setor responsável pela recepção e acompanhamento da apresentação ou não, da Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, em papel, de todos os servidores, não havendo, no

entanto, nenhum sistema informatizado para esse gerenciamento, nem sistemática de autorização eletrônica.

Não há no IF Fluminense, a realização ou não de algum tipo de análise, das DBR apresentadas pelos servidores no momento do ingresso ou no momento da aposentadoria, com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, visto a inexistência desta atribuição em regimento.

Na hipótese de haver algum servidor que deixe de apresentar a referida autorização de acesso, cabe a Diretoria de Gestão de Pessoas, exigir ao servidor a justificativa pela não apresentação, bem como, a exigência da apresentação nos termos do Anexo II da Portaria MP/CGU nº. 298/2007.

9. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n°. 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de				X	

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

<p>proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 					
<p>Considerações Gerais:</p>					
<p>A partir das ações iniciais objetivando a Proteção ao Meio Ambiente e à Conservação do Planeta, consideramos que o IF Fluminense ainda demanda esforços no sentido da ampliação da postura consciente adotada pela Administração, uma vez que todas as atividades propostas ou fase de proposição ou implantação, bem como todas as ações desencadeadas a partir do conceito de Gestão Ambiental e “atitudes” sustentáveis no âmbito do Instituto, ou fora dele, foram programados levando-se em consideração as comunidades instaladas na região de abrangência do Sistema IF Fluminense ou que, de alguma forma, são dependentes dos programas econômico-sociais ofertados pelo poder público, em todas as esferas de governo.</p>					

11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RIO DE JANEIRO – RJ		
	CAMPOS DOS GOYTACAZES	03	03
	MACAÉ	01	01
	CABO FRIO	01	01
	ITAPERUNA	01	01
	BOM JESUS DO ITABAPOANA	01	01
	QUISSAMÃ	01	01
	Núcleo Avançado de Cambuci	01	-
Subtotal Brasil		09	08
EXTERIOR	NÃO APLICAVEL	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		09	08

Fonte: PDI do IF Fluminense 2010-2014

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	NÃO APLICAVEL	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	NÃO APLICAVEL	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158274	5819.00141.500-9	10	02	13.511.777,02	31/12/2011	18.957.863,02	1.500.000,00	500.000,00
158274	5819.00142.500-4	21	02	122.085,33	31/12/2011	122.085,33	40.000,00	20.000,00
158274	MACAE	12	02	3.534.429,59	31/12/2011	4.617.380,43	1.300.000,00	350.000,00
158139	CABO FRIO	12	01	1.479.483,75	31/12/2011	1.479.483,75	500.000,00	60.000,00
158139	ITAPERUNA	12	01	1.479.483,75	31/12/2011	1.479.483,75	600.000,00	100.000,00
158139	GUARUS	12	01	559.933,53	31/12/2011	1.726.064,38	800.000,00	150.000,00
158139	QUISSAMÃ	12	01	246.580,64	31/12/2011	246.580,64	150.000,00	20.000,00
158387	BOM JESUS	10	02	3.390.296,59	31/12/2011	3.390.296,59-	2.500.000,00	140.000,00
	CAMBUCI	10	03	-	-	-	260.000,00	10.000,00
Total							7.650.000,00	1.350.000,00

Fonte: Pró-Reitoria de Administração do IF Fluminense

Análise Crítica

Os imóveis pertencentes ao IF Fluminense estão passando por processo de regularização junto ao SPIUNET, uma vez que essa expansão das Unidades Administradas deveu-se pela aplicabilidade dos recursos vinculados ao Programa de Expansão I e II da Educação Profissional, culminando na inauguração de 06 (seis) novos *campi*, distribuídos pelos Municípios de Campos dos Goytacazes, Cabo Frio, Itaperuna, e pela anexação de 01 (um) Colégio Agrícola outrora de responsabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF), localizado no Município de Bom Jesus do Itabapoana, todos no Estado do Rio de Janeiro. As instalações da Fazenda Santo Antão, no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, denominado Núcleo Avançado de Cambuci, também está sendo integrado ao patrimônio do IF Fluminense, carente de regularização dos registros ou lançamentos contábeis necessários. O espelhamento dessa regularização poderá ser confrontado durante o exercício de 2012, com as devidas inscrições e características atualizadas no SPIUNET.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos			X		
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	32 servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					

O IF Fluminense tem em sua estrutura organizacional uma Diretoria de Gestão de Tecnologia, de caráter sistêmico, responsável pela coordenação da política de Gestão da Tecnologia Informação no instituto.

Compete a(o) Diretor(a) de Tecnologia da Informação:

- I. definir, de forma compartilhada, a política de investimento em tecnologia da informação de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. elaborar, desenvolver e implantar os sistemas de informação do IF Fluminense, bem como realizar-lhes a manutenção;
- III. manter controle da política de uso de *software*;

- IV. propor e supervisionar a execução da política de informatização administrativa e gerenciar os recursos de informática no âmbito da Reitoria;
- V. representar o IF Fluminense nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- VI. coordenar de forma matricial a Câmara de Tecnologia da Informação dos diversos *campi* do IF Fluminense, de forma a uniformizar as políticas de gestão de TI no IF Fluminense
- VII. responsabilizar-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação;
- VIII. zelar pela garantia da manutenção e o bom funcionamento dos equipamentos e sistemas de informática do IF Fluminense;
- IX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

O IF Fluminense não possui um Plano específico de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação, no entanto buscando a organização sistêmica da área de TI, criou em 2011 (Portaria nº. 131, 04/03/2011), Câmara de Tecnologia da Informação, órgão colegiado de função consultiva, sob a Coordenação da Diretoria de TI e de composição multicampi que têm a finalidade de colaborar para o desenvolvimento das políticas e ações do IF Fluminense na sua área de Tecnologia da Informação.

Contratação de serviços de TI

O IF Fluminense tem um único contrato de serviços de TI para a manutenção dos Laboratórios dos Cursos da área de Informática (nível técnico e tecnológico) do *campus* Campos-Centro e para a manutenção dos micródromos (ambiente voltado para discentes de todos os níveis e modalidades de ensino) composto com computadores com acesso à internet, impressora e *software* compatível para realizado de estudos e pesquisas acadêmicas) do *campus* Campos-Centro e do *campus* Campos-Guarus.

Empresa: ALENCAR M. AZEREDO - ME

CNPJ: 09.654.954/0001-92

Objeto: Serviços de Administração e Manutenção Básica dos Micródromos instalados nos *campi* Campos-Centro e Campos-Guarus

Processo Licitatório nº.: 23044001535/2010

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 23/2010.

13. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

13.1.1 RELAÇÃO DOS PORTADORES DE CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NA UNIDADE E UTILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Leonardo Carneiro Sardinha	001.117.667-96			7.834,99	
Marco Aurelio dos Santos Campos	041.926.597-00			1.787,45	
Erison Wagner Barbosa Azevedo	075.665.317-78			6.848,09	
Gleiciane Lage Soares	084.957.827-23			7.068,46	
Jorge Luiz Diniz Moura Filho	104.098.217-48			5.601,23	
Rogério da Silva Burla	106.896.097-36			5.867,49	
Bartolomeu Ailton Arruda	201.034.507-00			14.167,63	
Cleber Gomes da Silva	212.947.047-53			5.935,44	
José Luiz Sanguedo Boynard	381.956.907-34			6.349,51	
Octávio Costa Fernandes	535.498.487-49			2.656,51	
Welliton Pacheco Rangel	655.916.587-68			6.529,80	
Luiz Claudio Andrade Alves	724.837.097-53			6.914,28	
Ronald Luis Silva Carvalho	869.777.507-82			7.450,40	
Jorge Henrique Ferreira	910.540.957-87			10.284,41	
Carla Nogueira Patrão	928.472.937-87			8.716,56	
Total utilizado pela UG				104.012,25	
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

13.1.2 UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO DA UNIDADE

QUADRO A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
(SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	-	-	-	104.012,25	104.012,25
2010	-	-	-	63.815,99	63.815,99
2009	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

A expedição de Cartões de Crédito para os servidores listados deve-se à necessidade de fazer frente às despesas de pequeno porte que possam influenciar negativamente no desenvolvimento das atividades educacionais e de infraestrutura, vivenciadas em cada *campus* do sistema IF Fluminense. Cabe salientar que durante o exercício de 2011 não houve qualquer observação significativa que pudesse distorcer a finalidade dessa ação.

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.

Este item não se aplica ao IF Fluminense

15. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense					100931
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não houve deliberação do TCU no exercício 2011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense					100931
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não há pendência do Órgão TCU					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense			100931
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Não houve recomendações do OCI em 2011			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense			100931
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Não há pendências do OCI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

QUADRO A.16.1 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório nº. 01/2011 – Auxílio-Transporte
Data do Relatório de Auditoria	28/02/2011
Item do Relatório de Auditoria	01 a 10
Comunicação Expedida/Data	22/03/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Auditoria Interna
Descrição da Recomendação	Melhoria nos procedimentos padrão; utilização de carimbo; assinatura dos responsáveis nos dossiês; recadastramento; ponto eletrônico.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Gestão de Pessoas	
Síntese das providências adotadas	
Reformulação do procedimento padrão para concessão do auxílio transporte, utilização de carimbo e assinatura dos responsáveis nos dossiês pelo deferimento ou não dos benefícios, quando solicitados.	
Síntese dos resultados obtidos	
O trabalho alcançou resultado satisfatório, considerando que ocorreu um processo de reeducação para utilização e concessão do benefício (auxílio-transporte) no âmbito do Instituto Federal Fluminense. O melhor resultado obtido foi o de conscientização do servidor, quanto ao bom uso do benefício, pois R\$ 1.626.328,85 (Um milhão seiscentos e vinte e seis mil trezentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos) no exercício de 2010 contra o montante de R\$ 546.383,03 (Quinhentos e quarenta e seis mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos) no exercício de 2011, apresentando uma redução na rubrica da ordem de 66,4% . O que consideramos um resultado altamente positivo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Houve significativa crítica ao processo de apuração e conclusão dos trabalhos, tendo ocorrido até mesmo busca ao Poder Judiciário por meio do Sindicato dos Servidores desta Instituição, mas foram mantidas as recomendações sugeridas pela auditoria Interna.	

16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO

QUADRO A.16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório 01/2011.
Item do Relatório de Auditoria	4 a.
Comunicação Expedida	Encaminhamento do relatório.
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Gestão de Pessoas.
Descrição da Recomendação	Contratação de Empresa Prestadora de Serviço de Transporte - elaboração de estudo pela Diretoria de Gestão de Pessoas, a fim de reavaliar os serviços e/ou benefícios prestados aos servidores deste Instituto, observando os princípios legais, no atendimento de sua finalidade funcional (Fatos Constatados , item “4”)
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Gestão de Pessoas/Diretoria do Departamento Administrativo	
Justificativas para o não atendimento	

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense			158139
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) ao código de Restrição Contábil 106 (Falta de Depreciação dos Ativos Permanentes), registrado nas UG's 158139 e 158274.</p> <p>b) ao código de Restrição Contábil 107 (Falta de Amortização de Ativos Permanentes), registrado na Gestão 26434, referente a UG 158139.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável	Adilson Soares Gomes	CRC n.º.	059252-8 / RJ

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA.

Este item não se aplica no IF Fluminense.

19. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

Este item não se aplica no IF Fluminense.

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Este item não se aplica no IF Fluminense.

21. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE

Este item não se aplica no IF Fluminense.

22. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Este item não se aplica no IF Fluminense.

23. INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº. TCU 408/2002 - PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

Em conformidade com o que definiu o Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto a indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs), apresentam-se a seguir o quadro de Indicadores Primários (adaptação Decisão TCU nº. 408/2002), de Gestão de Desempenho (Acórdão 2.267/2005), com os seus respectivos Métodos de Cálculo, bem como os resultados obtidos pelo IF Fluminense no exercício de 2011.

QUADRO C.7.1 - INDICADORES DE GESTÃO ACÓRDÃO 2.267/2005 - TCU

INDICADORES Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Relação Candidato/Vaga	8,67	6,44	7,20	6,85	6,16
Relação de Ingressos / Alunos	41,13	44,68	46,51	37,81	44,38
Relação de Concluintes / Alunos	10,57	14,28	17,88	16,01	23,62
Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	38,95	67,99	49,90	60,62	49,20
Índice de Retenção Fluxo Escolar	14,94	27,24	24,58	28,74	29,53
Relação Alunos / Docente em Tempo Integral	19,29	17,18	17,81	15,73	17,18
Índice de Titulação do Corpo Docente	3,06	3,13	3,16	2,25	2,57
Gastos Correntes por aluno	10.156,31	1.905,07	2.389,83	5.762,78	3.514,74
Percentual de Gastos com Pessoal	71,00	70,00	80,00	80,85	81,10
Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)	20,00	19,00	18,00	17,72	16,56
Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)	9,00	11,00	2,00	2,24	2,34
Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda per Capta Familiar (determinação do TCU)	-	-	-	-	-
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3	3	3	3	3

▪ Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT determinados no Acórdão 2.267/2005 - TCU.

→ Indicadores Acadêmicos

1. Relação Candidato / Vaga

Objetivo: Identificar a relação candidato / vaga

Método de Cálculo:

Relação candidato / vaga = $\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Nº. de Candidatos	37.052	27.021	28.718	22.016	21.901
Vagas Ofertadas	4.272	4.194	3.986	3.212	3.554
Relação Candidato/Vaga	8,67	6,44	7,20	6,85	6,16

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Quadro de Vagas para Cursos Técnicos, por *campus*

<i>Campi</i>	Vagas
Campos-Centro	618
Campos-Guarus	280
Macaé	420
Itaperuna	181
Cabo Frio	201
Quissamã	110
Bom Jesus do Itabapoana	405
Núcleo Avançado de São João da Barra	180
Total	2.395

Fonte: Diretoria do Departamento de Concursos e Processos Seletivos - PROEN/IF Fluminense.

Análise Crítica

Esse indicador apresenta o grau de atratividade que os cursos da instituição despertam em sua área de abrangência. Analisando o quadro de Vagas para Cursos Técnicos por *campus*, observa-se que este instituto atende ao que estabelece o disposto na Lei de nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008, quando disponibiliza 53,91% (2.395) de suas vagas para o ensino técnico de nível médio presencial. O IF Fluminense iniciou também no segundo semestre de 2011 cursos técnicos na modalidade EaD, ofertando 550 vagas.

Quadro de Vagas de Cursos de Graduação, por *campus*

<i>Campi</i>	Vagas		
	CST	Licenciatura	Bacharelado
Campos-Centro	180	200	170
Campos-Guarus	0	0	40
Macaé	0	0	40
Cabo Frio	0	40	0
Bom Jesus	0	0	40
Total	180	240	290

Fonte: Diretoria do Departamento de Concursos e Processos Seletivos - PROEN/IF Fluminense.

O IF Fluminense reafirmar o seu compromisso com a oferta de curso de PROEJA (técnico) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Em 2011, foram 4 (quatro) *campi* ofertando cursos PROEJA (191 vagas).

2. Relação Ingressos / Alunos

Objetivo: Quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos

Método de Cálculo:

Relação: $\frac{\text{N}^\circ. \text{ de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Nº. de Ingressos	5.239	4.621	4.382	3.124	3.555
Matrículas	12.737	10.343	9.420	8.261	8.010
Relação Ingresso/Matrículas (%)	41,13	44,68	46,51	37,81	44,38

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Análise Crítica

Observa-se, no quadro que trata da Relação Ingressos/Matrícula, um crescimento do número de ingressantes e do número do matrícula em 2011, em relação aos números apresentados nos últimos 5(cinco) anos.

3. Relação de Concluintes / Alunos

Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos

Método de Cálculo:

Relação: $\frac{\text{N}^\circ. \text{ de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Nº de Concluintes	1.555	1.478	1.685	1.323	1.892
Matrículas	14.704*	10.343	9.420	8.261	8.010
Relação Concluintes/Matrículas (%)	10,57	14,28	17,88	16,01	23,62

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Análise Crítica

Ao analisarmos o Quadro que trata do indicador Relação Concluintes/Alunos observa-se uma oscilação durante os anos de 2007 a 2011. Pode-se ainda notar que este percentual ainda é inferior ao período de 2007 a 2010, no entanto, isto pode ser justificado em função da incorporação do *campus* de Bom Jesus de Itabapoana (2010) e da transformação do Núcleo Avançado de Quissamã em *campus* Avançado Quissamã o que gerou ampliação significativa do número de matrículas. Soma-se a isto a criação de novos cursos técnicos e superiores (2010 - *campus* Bom Jesus do Itabapoana e 2011 - *campus* Campos-Guarus).

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Em função do IF Fluminense não ter o número de diplomados do 2º. semestre do ano de 2011, e decorrência de atraso no calendário letivo, foram utilizados no cálculo o número de diplomados do 2º. semestre do ano de 2010 e número de diplomados do 1º. semestre do ano de 2011.

4. Índice de Eficiência Acadêmica - concluintes
Objetivo: Quantificar a eficiência da Instituição
Método de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\sum \text{N}^\circ. \text{ de Concluintes}}{\sum \text{N}^\circ. \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Indicador de Eficiência (%)	38,95	67,99	49,90	60,62	49,20

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Análise Crítica

A oscilação presente nos dados se justifica em função da criação de novos cursos técnicos e cursos de graduação nos últimos anos, bem como a criação de novos campi. Cabe ressaltar que em função do IF Fluminense não ter o número de diplomados do 2º. semestre do ano de 2011, e decorrência de atraso no calendário letivo, foram utilizados no cálculo o número de diplomados do 2º. semestre do ano de 2010 e número de diplomados do 1º. semestre do ano de 2011.

5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar
Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos
Método de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{N}^\circ. \text{ de Alunos Retidos (reprovação + trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Nº. de Alunos Retidos	1.903	2.818	2.316	2.375	2.366
Nº. de Alunos Matriculados	12.737	10.343	9.420	8.261	8.010
Relação Alunos Retidos/Alunos Matriculados (%)	14,94	27,24	24,58	28,74	29,53

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Análise Crítica

Analisando o quadro acima, nota-se que o percentual de retenção dos alunos oscila nos últimos 5 anos, observando-se, no entanto, observa-se uma redução significativa deste índice quando compara-se os anos de 2011 e 2007.

6. Relação Alunos / Docente em Tempo Integral

Objetivo: Quantificar de alunos por Docente em Tempo Integral

Método de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Docentes}} \times 100$$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Nº. de Matrículas	12.737	10.343	9.420	8.261	8.010
Nº. de Docentes Tempo Integral	660	602	529	525	466
Relação Matrículas/Docente em Tempo Integral (%)	19,29	17,18	17,81	15,73	17,18

Fonte: Coordenação de Pesquisa Institucional (2007-2010). Sistema Acadêmico do IFF (2011)

Análise Crítica

A relação matrícula/(docentes TI) apresenta-se em 2011 em 19,29, enquanto a meta estabelecida pelo Acordo de Metas e Compromissos, estabelecido entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o Instituto Federal Fluminense, é alcançar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) e de Formação Inicial e Continuada.

Nota-se que a relação Alunos/(Docente Tempo Integral) está muito próxima da média considerada como excelente que é a de 20/1.

7. Índice de Titulação do Corpo Docente

Objetivo: Quantificar o índice de Titulação do Corpo – Efetivos e Substitutos

Onde a Titulação é dividida em 5 subgrupos: Graduado; Aperfeiçoado; Especialista; Mestre e D.O.U.tor.

Método de Cálculo:

$$\text{Índice} = \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$$

Relatório de Gestão 2011

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

MEC

Março / 2012

Onde: G=qtde de docentes com Graduação; A=qtde de docentes com Aperfeiçoamento; E=qtde de docentes com Especialização; M=qtde de docentes com Mestrado e D=qtde de docentes com D.O.U.torado.

$$\text{Índice} = \frac{177*1+9*2+175*3+239*4+84*5}{177+9+175+239+84}$$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Índice de Titulação (%)	3,06	3,13	3,16	2,25	2,57

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Análise Crítica

O quadro acima que trata do Índice de Titulação do Corpo Docente mantém o mesmo índice obtido nos últimos dois anos, o que se justifica em função da Política de Gestão de Pessoas que vem sendo implementada nos últimos anos.

8. Gastos Correntes por Aluno

Objetivo: Quantificar os Gastos por Aluno.

Método de Cálculo:

Gastos Correntes por aluno: $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Índice	10.156,31	1.905,07	2.389,83	5.762,78	3.514,74

Análise Crítica

O quadro acima mostra a otimização dos recursos de custeio empregados para suportar a manutenção das atividades educacionais nos *campi* do IF Fluminense, também considerando o crescimento de aproximadamente 20% no n°. de matrículas em relação ao ano anterior.

9. Percentual de Gastos com Pessoal

Objetivo: Quantificar o gasto com pessoal em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

Percentual de gastos com pessoal: $\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007	Média
Índice (%)	71,00	70,00	80,00	80,85	81,10	78,86

Análise Crítica:

O percentual de gastos com pessoal manteve-se no nível de 70 pontos, apesar do ingresso de novos servidores para o quadro durante o exercício.

10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

Objetivo: Quantificar o percentual de gasto com outros custeios em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

Percentual de Gastos com Outros Custeios = $\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Índice (%)	20,00	19,00	18,00	17,72	16,56

Análise Crítica

De um modo geral, o indicador mostra uma homogeneidade na alocação de recursos para investimentos na rubrica de outros custeios, objetivando a manutenção adequada das atividades educacionais, apesar da situação expansionista vivenciada neste período pela Rede Federal de Educação Tecnológica.

11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

Objetivo: Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

Método de Cálculo:

Percentual de Gastos com Investimentos =

$\frac{\text{Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões}}{\text{Gastos Totais}}$

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Índice (%)	9,00	11,00	2,00	2,24	2,34

Análise Crítica

De um modo geral, o indicador mostra uma homogeneidade das ações desenvolvidas pelo IF Fluminense, objetivando a expansão da área de abrangência do sistema de educação profissional e tecnológica, em conformidade com as metas previstas no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

12. Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar

Objetivo: Auferir o grau de inclusão da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes no IF Fluminense.

RENDA FAMILIAR PER CAPITA	QTDE.
0 < RFP ≤ 0,5 SM	0
0,5 < RFP ≤ 1 SM	528
1 < RFP ≤ 1,5 SM	545
1,5 < RFP ≤ 2,5 SM	1250
2,5 < RFP ≤ 3	1.761
RFP > 3 SM	2.931

FONTE: SISTEMA ACADÊMICO DO IF FLUMINENSE.

Análise Crítica

A tabela acima retrata o perfil socioeconômico dos estudantes do IF Fluminense, nota-se que 58,20% possuem renda familiar até 3 salários mínimos.

▪ Outro Indicador

→¹ Conceito INEP

Objetivo: Descrever os conceitos dos cursos de graduação avaliados pelo INEP.

Método de Cálculo: $\frac{\sum \text{Conceitos obtidos}}{\text{N}^\circ \text{ de Cursos de Graduação Avaliados}}$

Nº. de Cursos de Graduação Avaliados

Ano	2011	2008	2007	2006	2005	2002
Somatório de Conceitos Obtidos	12	5	8	28	12	4
Nº. de Cursos Avaliados	3	1	2	6	3	1
Indicador de Conceito do INEP	4	5	4	4,66	4	4

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino/If Fluminense.

Análise Crítica

A média do conceito dos cursos de graduação avaliados até 2011 está em torno de 4,27. Este indicador demonstrar a positividade de nossos cursos considerando as 10 dimensões estabelecidas pelo INEP com relação a avaliação de cursos.

Cabe ressaltar em que em 2010, o IF Fluminense obteve Conceito 4 quando da Avaliação Externa/Recredenciamento.

24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

24.1 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

28. IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.1 COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.2 VOLUME DE RECURSOS REPASSADOS ÀS ENTIDADES PRIVADAS SIGNATÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.3 DIRIGENTES DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.4 DESPESA COM PESSOAL DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.5 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DO CONTRATO DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONTRATAÇÃO.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.7 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UJ PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

29.8 RECURSOS DA UJ COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

30. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

30.1 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

30.2 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS

Este item não se aplica ao IF Fluminense.

30.3 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA.

Este item não se aplica ao IF Fluminense.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA
FLUMINENSE**

**Rua Dr. Siqueira, 273 – Parque Dom Bosco Campos dos Goytacazes/RJ
AUDITORIA INTERNA**

Sala 141 Tel: (22) 2726-2806 – e-mail: audinterna@iff.edu.br

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Fluminense** expressa opinião sobre a Prestação de Contas Anual do exercício 2011, contida no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2011 na forma prevista pela IN/TCU nº. 63, de 01 de setembro de 2010, DN/TCU nº. 108, de 24 de novembro de 2010, Portaria TCU Nº. 123 de 12 de maio de 2011 e conforme disposto no Parágrafo 6º, artigo 15, do Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto nº. 4.304, de 16 de julho de 2002, emite o parecer do órgão de auditoria interna referente ao **exercício de 2011**.

A responsabilidade da Unidade de Auditoria Interna é expressar opinião sobre a composição e organização do relatório de Gestão Anual; e o resultado do acompanhamento da implementação de recomendações e determinações expedidas por esta Auditoria Interna, pelos órgãos de Controle Interno e Externo; e a adequação dos Controles Internos Administrativos.

I – Composição do Processo de Prestação de Contas:

Examinando o processo de Prestação de Contas do exercício 2011 a de Auditoria Interna verificou que o mesmo está constituído com os elementos exigidos conforme estabelece o artigo 2º da IN/TCU nº. 63/2010 e no anexo II do artigo 4º da DN/TCU nº. 107/2010, bem como das orientações definidas pela Portaria CGU nº. 2.546 de 27 de dezembro de 2010 representam de forma fidedigna as informações, por meio dos documentos que deram origem às peças no Processo.

II – Cumprimento das Metas Previstas no PPA e na LOA:

As metas estabelecidas para o PPA/2011 alcançaram desempenho aquém do esperado conforme exposto no relatório de gestão, entretanto, a análise dos indicadores demonstra que os resultados alcançados são satisfatórios. As justificativas sobre o não cumprimento integral de algumas metas, e as medidas implementadas ou a implementar com vistas à correção de eventuais disfunções, que inviabilizaram o alcance das metas estabelecidas, constam do Relatório de Gestão da Instituição.

III – Avaliação dos Indicadores de Desempenho Utilizados pela UJ Quanto a Qualidade e Confiabilidade:

Em análise aos indicadores estabelecidos pelo Acórdão TCU Nº. 2.267/2005, a auditoria interna é de parecer que os indicadores utilizados pela Instituição apresentam dados confiáveis e representam adequadamente a realidade do desempenho da Institucional, e foram elaborados conforme o previsto nas orientações do Tribunal de Contas da União.

IV – Avaliação dos Controles Internos Administrativos da Unidade:

Os controles internos administrativos da instituição foram avaliados, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de auditoria, tendo concluído, que os mesmos apresentaram no exercício 2011 algumas falhas, em decorrência do significativo volume de processos executados, em razão da rápida expansão da instituição com a criação de novos campi, devendo levar a instituição a redesenhar algumas rotinas de trabalho com vistas a sanar essas dificuldades. Entretanto, os resultados alcançados estão aderentes às normas internas da entidade, necessitando em alguns casos adaptar-se à evolução tecnológica, otimizando a utilização do instrumental disponível com o objetivo de obter maior eficiência. A implementação de manuais definindo melhor as atividades e atribuições dos setores, aliada a um programa de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal são itens que alertamos, devem ser melhor utilizados. A política de boa exploração dos equipamentos é também um fator que vem trazendo grandes benefícios à produtividade, e é neste foco que a auditoria interna tem procurado atuar, com o propósito de cada vez mais otimizar os resultados até aqui alcançados. Usar o advento da tecnologia e capacitar de forma adequada os servidores, em busca de compensação à carência do quantitativo de pessoal, elevando assim o grau de eficiência das atividades desenvolvidas por cada setor.

V – Quanto aos Procedimentos Licitatórios:

Os procedimentos licitatórios são formalizados, dentro da regularidade exigida pela legislação vigente. A Instituição com o propósito de adequar-se à evolução da forma de comprar melhor, capacitou servidores e colocou em prática no Instituto Federal Fluminense a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico para aquisição de bens e contratação de serviços, conforme previsto na Lei 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005, o que foi praticado em larga escala pela Instituição no exercício 2011. Entretanto, ainda é considerável o volume de aquisição de bens e contratação de serviços com a aplicação do artigo 24 da Lei 8.666/1993, Dispensa de Licitação, item

que vem sendo trabalhado com rigor pela Auditoria Interna e que dará atenção maior no exercício 2012, objetivando a redução desse procedimento.

VI – Quanto ao Cumprimento do PAINTE/2011:

Foi cumprido em torno de 33% das atividades previstas no PAINTE/2011. A Auditoria Interna priorizou o atendimento a demandas oriundas da CGU/RJ auxiliou na apuração de solicitações de fiscalização procurando elucidar questões relacionadas a execução de obras, fatos ainda em curso, que consumiu um elevado volume de horas da auditoria interna para apuração.

VII – Verificação da Consistência da Folha de Pagamentos do Pessoal, Legalidade dos Atos, a Confirmação Física dos Beneficiários e Também a Regularidade dos Processos de Admissão, Requisição, Concessão de Aposentadoria, Concessão de Reforma e Concessão de Pensão:

A Auditoria Interna atuou na verificação da consistência das novas contratações de servidores, bem como nas concessões de aposentadorias e pensões concedidas no exercício/2011, tendo observado que há pendência de regularização de alguns processos no Sistema SISAC, em decorrência de inconsistências registradas no funcionamento do referido sistema. Entretanto, o volume não regularizado estará em ordem até o final do 1º trimestre de 2012.

VIII – Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna:

A Auditoria Interna acompanhou as implementações de controle adotadas pela Instituição, notadamente no que concerne a execução dos contratos priorizando análises às repactuações dos contratos vigentes confrontando as solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro com os limites permitidos pela legislação, notadamente as INsº 02 e 03 da SLTI/MPOG.

X – Cumprimento das Determinações e Recomendações exaradas pelo TCU e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

Não há pendência de Determinações e recomendações do TCU.

XI – Apuração de Denúncias Recebidas Detalhando, para cada caso, o nº. do Processo, o fato Denunciado e as Providências Adotadas:

Processo nº 23044000789/2011

Denúncia: Inassiduidade.

Processo ainda em fase de apuração em decorrência de Mandado de Segurança lavrado sob o nº 2011.51.03.000627-9 da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes/RJ.

XII – Apuração das Demandas Recebidas pelas Unidades de Ouvidoria, Detalhando a Existência de Ouvidoria própria na Unidade:

A Ouvidoria instalada na Instituição atende as demandas de solicitações e queixas de alunos e responsáveis por alunos e servidores, não apresentando registro de queixas não solucionadas no âmbito da própria Ouvidoria.

XIII – Adoção de Providências quanto ao Atendimento às Decisões e Recomendações dos Conselhos Fiscais, Conselhos de Administração e outros Órgãos de regulação e Fiscalização da atividade, Destacando a Recomendação efetuada e as Providências adotadas:

A Instituição é regida pelo Conselho Superior, órgão colegiado composto pelo Reitor(a) da instituição e representantes de seguimentos da sociedade. Que fazem registrar em Ata de reuniões periódicas, todas as decisões e recomendações do Órgão Colegiado, que são reavaliadas a cada oportunidade.

CONCLUSÃO

Com base no exposto, A Auditoria Interna é de PARECER que a documentação que envolve a Prestação de Contas contida no Relatório de Gestão do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**, referente ao exercício de 2011, estão em condições de serem submetidas à apreciação da Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União.

Campos dos Goytacazes, 30 de março de 2012.



Milton Vicente
Auditor-Interno
Mat. SIAPE 0268952